

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

A CONTRIBUIÇÃO A HISTÓRIA DOS SOCIALIS-  
MOS NO BRASIL - A CONSTRUÇÃO DO PARTI  
DO SOCIALISTA BRASILEIRO (1945 - 1947)

SILVIO FRANK ALEM

TEXTOS UFPB-NDIHR Nº 4

JOÃO PESSOA - MAIO / 1984

PARA MEU FILHO

VLADIMIR ERNESTO

A CONTRIBUIÇÃO A HISTÓRIA DOS SOCIALIS-  
MOS NO BRASIL - A CONSTRUÇÃO DO PARTI  
DO SOCIALISTA BRASILEIRO (1945 - 1947)

SILVIO FRANK ALEM

TEXTOS UFPB-NDIHP Nº 4

JOÃO PESSOA - MAIO / 1984

## Í N D I C E

Introdução .....	2
I. Socialistas e Movimento Operário no Brasil....	7
II. A Crise do Estado Novo: Estado, Classes <u>So</u> ciais e Movimento Operário .....	15
III. As Esquerdas no Mundo da Guerra e do Pós <u>Guer</u> ra Imediatos .....	25
IV. A Construção do Partido Socialista Brasileiro : 1945 - 1947 .....	34
Os Socialistas Brasileiros .....	36
V. Os Programas Socialistas 1945 - 1947 .....	48
1 - A UDS .....	48
2 - O PSB-SP .....	51
3 - A ED .....	52
4 - O PS do B .....	55
VI. A "Vanguarda Socialista" .....	59
O pensamento político de Mário Pedrosa: <u>anteci</u> pações e equívocos .....	66
Notas .....	76

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DOS SOCIALISMOS NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO PSB (1945-1947)

I N T R O D U Ç Ã O

A crise econômica que sucedeu aos tempos do "milagre brasileiro" viu nascer no país o Partido dos Trabalhadores.

Aparece o P.T. como decorrência da necessidade, sentida por militantes sindicais operários, de contar com um instrumento capaz de encaminhar as lutas de sua classe no plano da política "tout court". Reune desde o princípio, igualmente, numerosos intelectuais - críticos, todos eles, das perspectivas, propostas e práticas dos partidos que tradicionalmente hegemonizaram a esquerda brasileira.

Mesmo que nem sempre claro nos textos, desde a época do Movimento Pró-PT(1), o Partido dos Trabalhadores definiu-se por uma plataforma anti-capitalista, socialista. Buscou e busca se constituir num partido de massas, cujos princípios de democracia interna se expressam na proposta de ser constituído "de baixo para cima". Afirmando a solidariedade internacional "aos povos oprimidos" e aos trabalhadores em particular, reservou-se o direito de criticar tanto a ação imperialista

norte-americana na América Central quanto o golpe de Estado na Polônia, deixando clara sua independência face aos modelos socialistas experimentados até aqui no mundo.

Buscou afirmar a independência de sua proposta ao definir o lançamento de candidatos próprios, "para todos os níveis", mesmo antes que as regras do jogo eleitoral de 1982 estabelecessem a vinculação obrigatória de votos. Colheu, por razões as mais diversas (que supõem e permitem as mais diferentes interpretações), grandes insucessos eleitorais, o que, diante da legislação vigente, chega mesmo a ameaçar sua sobrevivência legal. Vive uma séria crise, desde então - uma crise cujas conseqüências não podem ser, ainda hoje, previstas com facilidade.

Não é, no entanto, diretamente o Partido dos Trabalhadores que vai nos interessar aqui. Sua constituição, as premissas que a orientaram, as propostas que tem combatido, é que, contudo, nos remeteram para pensar a realização de um trabalho acadêmico, passo de uma investigação mais ampla que se pretende resulte numa tese de doutoramento.

Nascida, em conteúdo e forma, da crítica às políticas tradicionais das esquerdas brasileiras, a proposta do P.T. não é, seguramente, resultado de uma continuidade histórica. Em toda história republicana, ou se preferirmos, em toda história do proletariado brasileiro, não encontraremos nenhuma experiência partidária de que ele se possa considerar herdeiro.

Sabemos, contudo, que posições críticas em relação à deificação de "modelos" ou "pátrias" do socialismo; que posições críticas a estruturas partidárias de esquerda "autoritárias", "ditatoriais" ou até mesmo "oligárquicas"; que discussões sobre o caminho nacional para o socialismo - não são inéditas na história das idéias e na prática política do país. Sabemos também que, pelo menos até 1964, críticos e militantes não conseguiram formular alternativas que se transformassem em realidade prática - quer nos limites da política institucional legal, quer fora dela. Para sermos mais objetivos: o país não conheceu a existência de um partido ligado à classe trabalhadora que se apresentasse como alternativa ao quadro marcado pelo reformismo burguês, cooptador, do PTB, ou do reformismo "socializante" do PCB (ou da maior parte de suas dissidências, como o PCdoB de 1962).

É esta história de insatisfações, tentativas e insucessos, que nos atraiu. A preocupação esteve presente num capítulo de dissertação de mestrado - ainda que aí limitada a um de seus aspectos, sendo, reconhecemos hoje, insuficientemente desenvolvida (2).

Objetos como o movimento operário, partidos e ideologias de esquerda ... são preocupações recentes da historiografia brasileira. Só nos anos 70 é que passaram a ocupar espaço significativo na produção acadêmica, até aí quase que limitados que estavam aos ensaios, autobiografias e depoimentos de militantes (quando não à literatura de propaganda partidária).

Hoje, uma bibliografia sobre tais temas já é capaz de reunir textos bastante significativos, e a possibilidade de elaboração de sínteses calçadas por numerosas monografias já se coloca a propósito de certos assuntos.

O objeto que selecionamos, contudo, não foi ainda investiado. Interessa-nos acompanhar, desde o pós-guerra imediato da "redemocratização", até o golpe de 64, a história das propostas políticas de esquerda que foram elaboradas alternativamente às do PCB, organização que mesmo ilegal ou clandestina manteve-se majoritária em seu tempo. Nesta direção, o primeiro espaço de investigação seria aquele constituído pelo Partido Socialista Brasileiro, nascido da "Esquerda Democrática" de 1945, e desaparecido com a legislação que instituiu nos pós-golpe o bipartidarismo compulsório, em 1965.

A margem dele, "partidos" não institucionalizados legalmente, círculos de crítica a propaganda, etc., existiram no período. Na fase atual de nossa elaboração, optamos por deixar fluidos os limites de nossa abordagem; maior precisão compreenderá outra fase do trabalho, condicionado, seguramente, pela disponibilidade de registros confiáveis que possam ser obtidos.

O texto que se segue é um primeiro passo na direção que escolhemos. O debate que leva à constituição do PSB, seus primeiros momentos de existência, sua riqueza e fragilidade - talvez antecipações de uma problemática e de uma discussão hoje mais que nunca presente e relevante. Fique registrada aqui, a certeza da insuficiência de informações que balisa o texto: nes

te sentido, ela pode ainda ser considerado preliminar. Para ilus  
trar, basta que citeamos a não consulta a fontes regionais - im  
prensa pernambucana e gaúcha, sobretudo - que será realizada em  
outro momento, e que seguramente enriquecerá, matizando, a com  
preensão do processo que nos ocupa.

*[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]*

## 1 - Socialistas e Movimento Operário no Brasil

Ideólogos, círculos e "Partidos" socialistas se fizeram presentes no Brasil, vinculados ao processo de constituição da classe operária urbana, desde os fins do século XIX. Uma boa e atualizada proposta de síntese histórica está contida no livro de Foot e Leonardi (3), que se ocuparam com o problema até a década de 1920. Trataram do tema, ainda, em produções anteriores, entre outros Carone (4) e Fausto (5).

Este último busca avaliar o papel que exerceram, afirmando que a "história do socialismo foi a história do pequeno círculo, com escassa penetração nos meios populares" (6). Esta constatação, naturalmente que insuficiente, nos remete para a velha questão da "especificidade" histórica de nosso movimento obreiro. Foot e Leonardi mostram o descompasso existente entre o Brasil e os países da Europa ocidental, no final do século, sob este ponto de vista: enquanto que lá "a criação de partidos socialistas de massa, sob a égide de Marx e Engels, já preparava o terreno político para a construção da 2ª Internacional e o anarquismo entrava em crise", aqui, a imigração, oriunda de países onde o anarquismo era preponderante ainda, combinava-se "a determinadas características de nossa formação sócio-econômica", resultando num perfil distinto das vanguardas que aqui se organizaram.

Tentativas de criação de associações operárias que se vinculariam a 1ª Internacional estão registradas (7). Na década de 1890, pode-se afirmar que a 11ª Internacional "exerceu influência não desprezível sobre certas parcelas do proletariado brasileiro" (8). "Coube aos socialistas a formação dos primeiros partidos operários brasileiros, logo após a proclamação da República".

Naquele momento, apesar da presença de militantes anarquistas e do surgimento dos primeiros manipuladores "trabalhistas" (9), se definiram como socialistas as principais iniciativas organizacionais colocadas pela classe operária nascente. Esta situação só se alteraria, com o início da preponderância anarquista, a partir de 1906 (10).

Data de 1889 o "Círculo Socialista" de Silvério Fontes, Soter Araújo e Carlos Escobar, em Santos. De 1890, o "Partido Operário" de Luiz França e Silva, no Rio de Janeiro, rebatizado como "Partido Socialista Brasileiro", em 1892, e que chegou a enviar relatório ao IIIº Congresso da Internacional (Zurich, 1892). Em 1896, surgiria o "Partido Democrata Socialista", em São Paulo, "uma das organizações socialistas de maior estabilidade, de vida mais longa e de maior base operária dentre todas que se formaram no país" (11); núcleos outros aparecem em vários Estados, sendo mais importantes os do Rio Grande do Sul.

O estudo dos documentos gerados por estes grupos mostra a diversidade de influências teóricas e ideológicas que absorveram (12). Relevante, aqui, é afirmar as conclusões a que, na análise de sua prática, chegaram Foot e Leonardi: o re

formismo no Brasil não nasce com os socialistas (13). Ao contrário, na década de 90, eles estiveram na vanguarda de inúmeras lutas do movimento operário, desempenharam importante papel na construção das organizações sindicais e, ao menos em alguns casos, foram capazes de gerar análises relevantes sobre a conjuntura dos anos iniciais da república brasileira (14). Não deve ser esquecida a presença também, de propostas apenas reformistas, nas plataformas elaboradas: estas, aliás, podiam ser encontradas nos próprios programas social-democratas europeus desta época (15).

A revolta da armada e a revolução federalista, que tiveram como corolário repressão ao movimento operário; a crise econômica de 1897-1900, geradora de desemprego no frágil setor industrial do país, sem dúvida interferiram na propagação e consolidação destas organizações socialistas. Com a retomada do crescimento industrial em 1901 (16) e a realização do chamado "IIº Congresso Socialista Brasileiro", em São Paulo (1902), que resultaria na criação de outro Partido Socialista Brasileiro, as idéias e a influência socialista voltariam a se expandir (17).

A partir daí, aos fatores que dificultavam a constituição, no Brasil, de uma organização revolucionária da classe operária, vem se somar "o fato de o reformismo ter começado a ganhar corpo no conjunto dos Partidos Socialistas Europeus" (18). Socialismo e reformismo passarão a estar associados mais claramente; a hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro estará associada à perda de combatividade da tendência que nos preocupa.

A evolução que vive o jornal socialista "Avanti!", editado em São Paulo, é esclarecedora (19). Os socialistas irão - num processo que não é seguramente uniforme, se considerada sua presença em todo país, - se distanciando da classe trabalhadora. Idéias reformistas, aqui, no contexto histórico das duas primeiras décadas do século, não tinham como medrar: os autores que utilizamos lembram com justeza a ausência de uma "aristocracia operária", semelhante à européia, que servisse de base social para a acolhida a tais propostas. Uma avaliação, ainda que fragmentária, da ação cooptadora do Estado na primeira república é realizada por Hall e Pinheiro, e ela não corresponde à formulação geralmente aceita de que não teria ocorrido. Sem a contrapartida de concessões concretas no plano da legislação trabalhista, esteve contudo condenada ao insucesso (20).

A classe dominante não se dispunha a fazer concessões aos trabalhadores urbanos, criando assim as condições mínimas necessárias a um processo cooptador que poderia ter resultado na constituição antecipada do "trabalhismo" que o pós-30 viria a conhecer.

A guerra mundial, que levaria à falência a IIª Internacional Socialista, separou o campo dos partidários da colaboração de classes e o dos socialistas revolucionários. No Brasil, a fidelidade ao internacionalismo e a combatividade dos anarquistas fizeram deles, na greve geral de 1917, a direção da classe operária no centro industrial mais importante do país.

A revolução russa de outubro, seria interpretada aqui como significando a vitória das propostas anarquistas. Um "Partido Comunista" chegou a ser fundado por militantes desta tendência política, numa contradição em termos (21).

Nos anos do após-guerra, surgiram ainda várias organizações que se intitulavam socialistas, numa "febre de criação de grupos e partidos". Um "Partido Socialista do Brasil" foi fundado no Rio em 1917, existindo até 1919 (22), tendo buscado o reconhecimento da IIª Internacional. Outros grupos se organizavam ainda na Bahia e em São Paulo; o Partido carioca lançou a candidatura de Evaristo de Moraes à Câmara Federal, sem êxito(23).

A década de 20 seria marcada pela constituição do PC do Brasil e pelo declínio da influência anarquista, em seus diversos matizes, sobre o movimento operário. Na gênese da constituição formal do PCB militantes de tradição anarco-sindicalista predominaram; dos delegados ao 1º Congresso, apenas um fora, originalmente, socialista: Manuel Cendóm (24). Há pouco formara-se, reunindo sobretudo intelectuais, o grupo "Clarté" (1920), pouco estudado, que se cindirã. Uma parte de seus organizadores não se filiarã ao PCB, e insistirá na constituição de uma organização partidãria "socialista" (25).

O estado de sítio e o sucesso organizacional dos comunistas; a eclosão do movimento modernizador e anti-oligárquico tenentista, retiraram aos socialistas que não aderiram à IIIª Internacional, espaço político. De 1925 data nova tentativa de constituição de um Partido Socialista, agora fundado por Eva

risto de Moraes (26). A perspectiva dita socialista, internacionalmente, perdera seu conteúdo revolucionário. Agora, por oposição aos comunistas, socialista significa reformista; no campo da revolução, as diferenças de perspectiva se explicitariam nas cisões que ocorrem no movimento comunista (27).

A chamada revolução de 1930 lançaria as bases do "trabalhismo" no seio do movimento operário; o Ministério do Trabalho e o sindicalismo de Estado cooptariam alguns dos socialistas da primeira república, num processo que manteria continuidade até os dias atuais e que escapa às pretensões deste trabalho analisar.

Na conjuntura que antecede o Estado Novo, contudo, surgem novas propostas de organização de Partidos Socialistas, com escassos resultados.

A mais conhecida é a que deriva da cisão do movimento tenentista, em São Paulo. Resulta do "Congresso Revolucionário", que se reúne no Distrito Federal, em novembro de 1932. Dele participam a Legião 5 de Julho, a Legião Paranaense, a recém-criada Ação Integralista Brasileira, o Partido Liberal-Socialista de São Paulo, o Partido Popular Progressista, criado por Miguel Costa, ex-interventor paulista (que se ligava a certas lideranças sindicais) e o Clube 3 de Outubro. Os integralistas se retiram do "Congresso". Parte dos congressistas é que vai fundar o "Partido Socialista Brasileiro", que pouco tem a ver com a tradição de seus homônimos do começo do século. O Manifesto rejeita o internacionalismo, o bolchevismo, defende soluções "na

cionais" e a representação profissional no Parlamento, com a sindicalização de todas as categorias patronais e trabalhistas(20).

Na constituinte, o PSB elegeu um deputado nas urnas e outros 4 deputados sindicais, por São Paulo (29).

O apelo do nome "socialista" era grande. Carone lista uma série de Partidos que buscam se organizar a partir de 1931, e que adotam o termo: "Social-Liberal" (um partido de "funcionários e deputados"), "Socialistas do Distrito Federal", o "Liberal Social Fluminense", o "Socialista Brasileiro", do Ceará, o "Social Democrata", da Bahia, um certo "Nacional Socialista", no Piauí, o "Social Nacionalista", em Minas (numa frente entre o P.R.M. e a Legião de Outubro) (30).

De todo modo, nos anos que mediaram entre a grande depressão e a guerra, os "socialistas" tinham se tornado um grupo praticamente exterior ao movimento operário, de difícil caracterização ideológica, mais próximos da democracia radical que do reformismo social-democrata. Uma parte tinha sido cooptada pelo "ministerialismo" de Vargas. Este concedia ou acenava com algumas das reformas que os programas mínimos socialistas pretendiam, buscava alterar a face do Estado frente a "questão social", mascarando-a; obtinha, aí, de bom grado, a adesão da Igreja e dos social-católicos. Outra parte acabou por seguir a proposta política do PCB, ingressando na Aliança Nacional Libertadora, hegemônica liderada pelos comunistas - tal foi o caso dos antigos tenentes do PSB de 1932. A repressão que se seguiu ao levante de novembro, o golpe do Estado Novo, não buscou descobrir matizes ideológi

cos. Democratas radicais, social democratas, nacionalistas de esquerda, foram, por participarem ou simpatizarem em qualquer grau com a frente presidida por Prestes, perseguidos e condenados à desorganização.

II - A Crise do Estado Novo: Estado, Classes  
Sociais e Movimento Operário

Na época do capitalismo monopolista, a luta de classes assume um caráter mundial que torna difícil, se não impossível, isolar em plano nacional a dinâmica a que os conflitos obedecem. Não é possível, contudo, reduzir-se a luta de classes que se explicita no espaço nacional à mera expressão mecânica de uma conjuntura internacional. Se no primeiro caso se perdem de vista as articulações maiores do capital, no segundo quedamos reduzidos a uma análise a-histórica, que corre o risco de cair no mecanicismo. Parece-nos, assim, correta, a formulação de que a conjuntura política brasileira dos anos 42-45 é "sobredeterminada" pelo conflito mundial, no sentido em que a cisão do mundo capitalista e a aliança de uma de suas partes com a URSS propiciava um ascenso das lutas democráticas e populares, favorecendo tendencialmente o alargamento do espaço política ocupado pelos trabalhadores.

Uma tendência que se expressaria, contudo, de forma desigual, se considerados os espaços históricos nacionais, específicos exatamente porque diferenciados. Invertia-se a direção que desde a crise de 1929 pudera ser observada em todo mundo, e que tinha se consolidado com a vitória nacional-socialista na Alemanha de 1933, quando a crise mundial fora, então, "resolvi

da" favoravelmente ao capitalismo; em todo mundo, os trabalhadores amargaram derrotas. A burguesia soubera adaptar seus aparelhos de Estado para manter seu domínio de classe. No Brasil a derrota do movimento operário independente começara a se delinear logo após a "revolução" de 30; tal derrota se consolidava em 1935, início de seu "Estado Novo", na expressão já consagrada.

Ainda sobredeterminada nos parece a conjuntura dos anos 1946-1948, quando após a derrota do Eixo (e em decorrência da forma pela qual ela se dá), coloca-se em primeiro plano, a nível internacional, o conflito de interesses entre o mundo capitalista e a URSS, afirmando-se, concomitantemente, a hegemonia norte-americana no interior daquele.

Na transição da conjuntura da guerra para a do pós-guerra imediata, o espaço que se abria tendencialmente para os trabalhadores do mundo capitalista rapidamente se fechava - e, a par de considerações geopolíticas, nesta direção foi decisivo o que, em cada espaço nacional considerado foi possível (ou se tentou) conquistar ao Capital.

Se a idéia da "sobredeterminação" é correta, ela não é, contudo, suficiente para dar conta do percurso realizado, aqui ou ali, pelas diversas classes e setores sociais que se achavam presentes à conjuntura considerada. Corre-se aqui dois graves riscos metodológicos: primeiro, o de derivar a política mecânica ou automaticamente de uma avaliação dos conflitos econômicos, latentes ou explicitados. Segundo, o de desconhecer, com risco de realizar análises de tipo "voluntarista", as bases

materiais que alicerçavam as possibilidades de atuação dos agentes sociais. Em nenhum dos casos se realiza a "análise concreta de uma situação concreta".

No âmbito deste estudo, não pode deixar de ter lugar, portanto, a referência ao objeto clássico da sociologia e da ciência política brasileira: o caráter do Estado brasileiro (e das classes dominantes) no pós-30. A propósito de tal questão, se tomarmos em consideração apenas as análises que pensam o Estado como expressão e agente do conflito de classes, teremos, hoje, pelo menos quatro conjuntos de interpretações formuladas a propósito.

O primeiro, que se expressa principalmente nas produções de Nelson Werneck Sodré (31), se caracteriza por pensar a revolução de 1930 como derivada do antagonismo entre os interesses agrário-exportadores, pré-capitalistas, aliados quase que automaticamente ao imperialismo, e aqueles da burguesia industrial. As formulações institucionais de 1934, 1937, 1945 corresponderiam a momentos distintos de consecução frustrada da revolução democrático-burguesa.

A percepção, derivada das teses da CEPAL, da histórica complementaridade de interesses entre as burguesias agrãrio-exportadora e industrial resultou na tese do "Estado de compromisso" construído pelas facções burguesas após a crise de 1929 - revolução de 30. O Estado do pós-30, nas palavras de Weffort, constitui-se na condição de "árbitro", que "decide em nome dos interesses nacionais", sem se "subordinar, exclusivamen-

te aos objetivos imediatos de qualquer delas" (isto é, de qualquer das facções burguesas) (32).

A tese da "modernização conservadora", "revolução pelo alto" ou "via prussiana de revolução burguesa" é mais recente. Por aí, entre outros, caminhou Werneck Vianna, que propõe compreender o Estado sob Vargas como respondendo basicamente aos interesses da grande propriedade territorial não exportadora, interessada no mercado interno, com o qual eram coincidentes os interesses da burguesia industrial (33).

Maria Hermínia faz a crítica de todas as concepções anteriores em sua tese de doutoramento. Para ela, a partir da crise de hegemonia que resulta na revolução de 30, abre-se espaço para "um Estado mais autonomizado e que efetivamente transforma-se em árbitro e mediador de interesses díspares. Até aí, coincidindo com a tese do "compromisso". Contudo, vai além: "não se esgota, aí, a originalidade desta forma estatal" - a autonomização do Estado não é, senão, a "maior autonomia da burocracia estatal", que pode, então passar à "geração de políticas que não correspondem aos interesses imediatos e às demandas de qualquer setor da classe dominante".

Sua "contribuição ao debate", assim, é a de afirmar que "governo e estratos de burocracia estatal... avançam à frente das classes e de suas frações", alterando as "condições de existência e o relacionamento entre as diversas forças sociais". O Estado, ainda que submetendo-se nisso a "limites precisos", descola-se de uma base social imediata (34).

Com efeito, a tese do "compromisso" ainda nos parece a mais conveniente para a compreensão do Estado pós-30. Ou, sobretudo, do Estado pós-35. Na defesa de seus interesses de classe face ao conflito capital versus trabalho, já fundamental na sociedade brasileira, sob nossa ótica, a classe dominante sempre soube se manter unida. O ascenso das lutas operárias na fase preliminar da implantação do sindicalismo de Estado, a formação da ampla frente que foi a ANL, teriam sido elementos decisivos nesta direção.


De cada uma das análises que referimos, deriva ou se calça uma compreensão do processo de crise que o Estado Novo vive a partir de 1942 (1943, para alguns), quando se declara guerra ao Eixo.

Foi possível a formulação de um variado elenco de hipóteses e propósitos do significado da questão. Uns viram a derrota de um projeto burguês-nacional liderado por Vargas, visível nas medidas industrializantes e anti-imperialistas que patrocinava, face a intervenção do "imperialismo e de seus aliados internos" (35). Outros, afirmam que o projeto da burocracia estatal avançava demasiadamente além dos interesses imediatos da burguesia industrial; a alternativa de volta ao Estado liberal acabou por se afigurar como a proposta capaz de reduzir o intervencionismo estatal na economia. Esta seria a bandeira que, se alardeada pela classe média e intelectualidade, teria tido como principal respaldo os interesses da burguesia agro-exportadora, que a sombra deles combateram, até o golpe de Estado (36).

Para Werneck Vianna, ocorre a "obsolescência das instituições de 1937", percebida no interior do aparelho de Estado, o que encontrou "larga repercussão nas lideranças das classes econômica e socialmente dominantes", que romperam "o pacto corporativo que até então os unira a Vargas". Este tornou-se portador de um projeto de "redemocratização pelo alto", que supondo alianças com os "de baixo" não foi endossado pelas classes dominantes (37).

Francisco Weffort busca manter no campo da política a questão, ao mesmo tempo em que diminui o peso com que 1945, como marco de ruptura histórica, estrutural. Costuma surgir na bibliografia. Num dos textos de sua inédita mas sobejamente conhecida polêmica sobre as origens do sindicalismo populista, afirma que "É certamente possível reconhecer na conjuntura da redemocratização do país, a presença de determinações estruturais, mas é inevitável admitir que as determinações estruturais tem naquele momento muito pouco a ver com a 'contradição fundamental' entre indústria nacional versus agricultura de exportação e imperialismo. Naquele momento, as contradições estruturais decisivas não se localizavam na periferia mas no próprio núcleo do sistema capitalista mundial. E neste núcleo, o que se assistia era o último capítulo de uma disputa pela hegemonia que recém acabara de passar pela sua forma política mais extrema, ou seja, a guerra mundial".

"Significa dizer que mesmo a nível internacional, as contradições decisivas não eram imediatamente as contradições econômicas: as questões decisivas eram de caráter político e di



ziam respeito ao problema da hegemonia política em caráter internacional, na forma da luta entre as democracias aliadas ao socialismo contra o nazismo e o fascismo".

"Característica fundamental da situação internacional, a contradição democracia versus fascismo se combina e se superpõe às questões políticas em curso no país desde 1943 que estavam relacionadas ao fim do período de vigência da carta de 37 e ao fim do período previsto naquela carta para o governo ditatorial de Vargas. Deste modo, em 1945 tudo ou quase tudo gira no país à volta de duas questões políticas centrais: a redemocratização e as posições de poder de Vargas" (38).

Num debate que mobilizou, já, tão grande número de cientistas sociais de melhor nível, é difícil intervir. O que chama atenção, contudo, é a falta de base empírica que orientou várias análises. Weffort, no texto citado, chamava a atenção para o fato, propondo que se evitassem os estudos ensaísticos e se buscasse a realização de monografias. Trabalhos posteriores ao seu mantiveram a insuficiência apontada.

Preocupados com uma dimensão da conjuntura, julgamos ter dado alguma contribuição na direção de esclarecer melhor as questões envolvidas, buscando número maior de informações de base empírica, apresentadas na dissertação de mestrado já citada. A dimensão é a do conflito capital versus trabalho; a contribuição, queremos aqui resumir.

Quaisquer que tenham sido as contradições entre as frações burguesas que a guerra e a perspectiva do pós-guerra abriram, resultando na ruptura do "compromisso" ou deixando no ar a "particularmente autônoma" burocracia de Estado, incapaz de continuar "avançando" além dos projetos de classe dominante, o fato é que não podemos encontrar, de 1942 até o primeiro trimestre de 1945 (quando já se define a liberdade de imprensa, a anistia e as eleições presidenciais), provas de que tenha se transformado em ações o "aceno para baixo" que usualmente se atribui a Vargas. Pudemos, ao contrário, demonstrar que a guerra serviu à burguesia, via Estado, como justificativa para a) aumentar a extração de mais-valia absoluta, pelo aumento da jornada e de deterioração das condições gerais de trabalho; b) beneficiando-se da inflação, promover a desvalorização dos salários reais; c) - o que parecia impossível face a legislação já em vigor - limitar ainda mais as restrições à luta reivindicatória econômica dos sindicatos (39).

Não se pode, assim, concordar com Werneck Vianna, que descobriu um "populismo de 44 radicalmente diverso daquela do início da década" (40).

Coriolano de Goês, o chefe de polícia de Washington Luiz, voltava a suas antigas funções neste mesmo ano de 1944. A nosso ver, tanto Werneck Vianna quanto Maria Hermínia e, até mesmo, em certo grau, Francisco Weffort, aceitaram como transformadas em práticas as intenções expressas por Vargas nos discursos de propaganda. Podem, inclusive, ter confundido a vontade de Vargas - vontade de contar com um colégio eleitoral formado por

algumas centenas de burocratas sindicais dóceis, com a de buscar respaldo na massa trabalhadora. A própria lei eleitoral, promulgada já em outro momento, como Spindel acertadamente viu, desmente a perspectiva de fazer da massa operária uma base privilegiada para o continuísmo de Vargas (41).

Descobrimos, por outro lado, indicações claras de que a "onda de greves" do final de 1946-1947, era, na verdade, uma "segunda onda". Em plena vigência do Estado de Guerra, ainda em 1944, e durante todo primeiro semestre de 1945, o descontentamento operário se explicitara, em vários dos principais centros industriais do país, através de "operações-tartaruga" (na época chamadas de "greves brancas") ou de paralizações com o abandono do serviço. Se a imprensa, cerceada no primeiro momento, não o registrou, tal não deixou de ocorrer na correspondência diplomática norte-americana, já disponível aos pesquisadores (42).

Nesta esquecida "primeira onda" de protesto operário, onde não foram raras as greves-selvagens, o elemento da espontaneidade (caracterizado pela ausência de participação sindical, partidária) seguramente foi decisivo. Ao listar os interesses que se manifestaram contra a continuidade do Estado Novo, os autores deixaram de incluir os da classe trabalhadora urbana. Queremos afirmar que, ao demonstrar a falência progressiva dos mecanismos de controle utilizados contra si, em larga medida constitutivos da justificativa do regime, a classe operária também "derrubou" o Estado Novo. Ela, com toda sua desorganização, tal ou qual insuficiência ao nível da consciência de classe, afirmava sua condição de sujeito histórico. Porta-vozes, na conjuntu

ra, e analistas, décadas após, desconhecera<sup>m</sup> o fato. E, na avaliação da conjuntura, acabaram por subscrever as interpretações que políticos liberais elaboraram como memória da "redemocratização".

O ano de 1945, sob o ponto de vista do movimento operário, registra o percurso de sua re-institucionalização. Da operação-tartaruga, greve-selvagem ou "parede" que se estende geograficamente, pela proximidade dos estabelecimentos fabris, - até a greve organizada com a participação do sindicato, e por ele conduzida.

Ao mesmo tempo, as diferentes frações burguesas caminham na redefinição do aparelho político de Estado, redescobrimo sua "vocação democrática", formulando novas táticas diante do conflito capital versus trabalho. O decreto-lei 9.070, sucedâneo da pura e simples proibição constitucional das greves, assinalou o limite da "recaída democrática" da burguesia brasileira, face o movimento operário (43). A guerra fria daria o pano de fundo internacional que justificaria o alijamento do PCB da vida legal, um ano após.

### III - As Esquerdas no Mundo da Guerra e do Pós-Guerra Imediatos

Um estudo sobre as esquerdas brasileiras, como sobre quaisquer esquerdas nacionais, supõe sempre alguma referência a nível internacional.

No caso do PCB, tal procedimento é indispensável, seção que foi, até a dissolução, da IIIª Internacional. Como "seção", devia aqui executar a política geral traçada pela organização criada logo após a vitória da revolução russa de 1917.

No último congresso antes de sua auto-dissolução (o sétimo), em 1935, a Internacional definia a tática da "Frente Popular" como instrumento da luta anti-imperialista e anti-capitalista, no momento em que o nazi-fas-ismo era percebido como o "principal inimigo dos trabalhadores em todo o mundo". Fernando Claudin lembra que a adoção de tal tática derivava da "luta pela paz e em defesa da União Soviética" se constituir no referencial básico para sua elaboração (44). Togliatti, em seu "Informe sobre o problema da paz" dizia então que "... é absolutamente fora de discussão que existe uma identidade entre a política de paz da URSS e a política da classe operária e dos partidos comunistas nos países capitalista" (45).

A "frente popular", percebida por este ângulo, expressava a subordinação da linha política da Internacional aos interesses da política exterior soviética, quase sempre não coincidente, por sua vez, com os interesses revolucionários de cada proletariado, a nível nacional.

No momento em que a URSS propunha nos Estados Unidos e às nações imperialistas da Europa ocidental uma aliança anti-hitlerista, a linha política da IC levava os Partidos Comunistas a "atenuar, quando não a abandonar, de fato, os objetivos anti-imperialistas", em nome do anti-fascismo.

Para o México, lembra Claudin, o imperialismo norte-americano deixava de ser o mais perigoso - agora, o perigo vinha da Alemanha. O autor, aqui, não discute o grau de "periculosidade" dos imperialismos concorrentes. Questiona, sim, a forma pela qual isso era definido - isto é, pela identificação entre os interesses da política externa soviética com os do proletariado mundial (46).

É neste sentido que devem ser compreendidas, em 1938, as congratulações enviadas a Vargas, desde a prisão, pelos comunistas, face à vitória sobre o atentado integralista ao Cateite. A "Correspondence Internationale", referindo-se ao presidente brasileiro, na ocasião, avaliava que ele poderia "dar passos conseqüentes no caminho da verdadeira defesa da soberania do povo brasileiro" (47).

A linha política da IC seria alterada com o acordo

germano-soviético de 1939. A ênfase de seus ataques desloca-se do fascismo, que deixa de ser o inimigo principal do proletariado, para a "democracia-burguesa e a social-democracia". Esta nova orientação, justificada pelo fato de que a guerra desencadeada "era igualmente injusta para os dois bandos", "exclusivamente imperialista" apareceria ainda nos "Manifestos" de 19 de maio de 1939 e 1940.

A nova guerra era, assim, essencialmente igual a de 1914-1918. Tratava-se de utilizar o contexto por ela criada para superar o capitalismo. Na prática, o período de vigência do acordo germano-soviético "foi um período sombrio e trágico para os comunistas europeus. Da noite para a manhã... os comunistas se encontraram isolados das massas, privados de todos os aliados".

"Nos países ameaçados pela pressão hitlerista, os comunistas eram os representantes do partido cuja direção pactuava com o inimigo nacional, favorecendo a agressão. A medida que se dava a ocupação, eram presos pelos compatriotas ou pelos alemães" (48).

Na América Latina maior foi o prejuízo dos PC's quanto mais amplo era o espaço legal que possuíam. Na Colômbia, foi rompida a frente mantida com o Partido Liberal na CGT(1940); no México, um congresso extraordinário substituiu a direção do Partido; no Chile, Argentina, Peru, fatos semelhantes ocorreram.

A invasão da URSS, em junho de 1941, alteraria radi

calmente a palavra de ordem da IC, surgindo a nova, em forma mais definida, nos documentos relativos a auto-dissolução, de 1943.

É ainda Claudin que analisando os textos oficiais divulgados, descobre neles a formulação da nova proposta e, inclusive, de uma nova forma de articulação mundial entre os Partidos Comunistas.

"União anti-fascista, sem distinção de partidos e crenças religiosas (Resolução, ítem 4) - tal é a expressão genérica da tática que a IC, ao desaparecer, prescreve aos Partidos Comunistas e ao proletariado em geral. Entretanto, sob essa formulação geral podiam cobiçar-se conteúdos muito diferentes. Como é sabido, a primeira formalização da política de unidade anti-fascista foi a frente popular ... (que) incluía, então, explicitamente, uma perspectiva de aprofundamentos revolucionários inspirado na estratégia leninista de transformação da revolução democrática burguesa em revolução socialista".

"A Resolução ... (introduziu) diretivas destinadas a, conforme toda evidência, conter a luta anti-fascista nos limites da democracia burguesa. Em relação aos Estados aliados da URSS, indica-se que o dever sagrado dos comunistas é apoiar por todos os meios os esforços militares dos governos destes países e atuar dentro do marco de seus Estados. Nem sequer há a recomendação de observar uma atitude crítica em relação a estes esforços militares, que, em não poucos casos, deixaram bastante a desejar.

Em relação aos países do bloco hitlerista a tarefa dos comunistas era a de contribuir para a derrota dos governos ... não há nenhuma alusão ao capitalismo monopolista alemão ou italiano, principal promotor da política agressiva de ambos os países. Em uma palavra, a perspectiva de transformar a luta anti-fascista em revolução socialista era tacitamente eliminada".

Os mesmos propósitos podiam ser encontrados na Resolução do Presidium da IC, que "não contém uma só referência à luta de libertação nacional dos povos das colônias e semi-colônias. Parte delas tratava nesse momento de romper as cadeias colonialistas. Outros, como o povo revolucionário da China, estão empenhados na guerra de libertação com o imperialismo japonês. ..."  
(49).

Os aliados da URSS eram Estados colonialistas - França, Inglaterra; a URSS firmara desde 1941 um pacto de neutralidade e não agressão com o Japão, só rompido após a derrota militar alemã.

O PC Chines não figurava, significativamente, entre os signatários da Resolução que extinguiu a IC.

A dissolução da Internacional deve, pois, ser entendida como uma concessão de Stálin e seus aliados burgueses; a contrapartida seria a abertura da "segunda frente" contra os nazistas. Tal foi, por exemplo, a leitura de William Foster, dirigente do PC-USA. Foi, também, a forma de demonstrar às democracias capitalistas que a URSS não pretendia "utilizar a crise econômi

ca e política criada pela guerra para despertar a consciência política das massas populares e precipitar a queda da dominação capitalista, como preconizava o VIIº Congresso da IC" (50).

"(A IC) ... dita uma linha uniforme a todos os partidos, em lugar de chamar-lhes a elaborar com toda iniciativa a política que melhor respondesse às peculiaridades concretas da luta de cada país. . Isto é, a resolução não dissolve a IC baseando-se em que o método da direção do movimento revolucionário de cada país desde um centro falhou historicamente" (51).

Este desconhecimento das especificidades nacionais, a confusão entre a defesa da revolução socialista mundial com o alinhamento acrítico dos PC's sob as consignias da política exterior do Estado soviético, trouxeram consequências desastrosas para o movimento comunista internacional. Em países como os da América Latina, onde uma análise da realidade nacional à luz do marxismo esbarrava na falta de uma tradição intelectual, e o próprio movimento operário datava de poucas décadas, o fato era particularmente desastroso.

Com efeito, a política das PC's, ou o que é quase o mesmo, de suas direções na América Latina, se pautaria mesmo após a dissolução da Internacional, pelas avaliações e proposições formuladas pela direção soviética. Terminada a guerra, e até 1947, a assolada URSS manteve-se afirmando que uma nova época se iniciara - um período de "desenvolvimento pacífico", no qual a superação das instituições e estruturas burguesas só seriam incentivadas em precisas regiões definidas por critério geo-

político.

À perspectiva de, semi-destruída pela guerra, ver-se enfrentando um conflito contra os Estados Unidos, a URSS preferiu desestimular, omitir-se ou até mesmo buscar impedir que a hegemonia dos PC's no movimento de resistência europeu-ocidental evoluísse para a conquista do poder no após-guerra.

Os Partidos Comunistas na Europa Ocidental defendiam, muitas vezes, posições à direita dos social-democratas. A revolução deveria se manter "num só país", quando muito, extender-se como mancha de óleo, a partir das fronteiras soviéticas.

Mais complexa é a análise que pode ser feita a propósito dos Partidos "Socialistas", na conjuntura que nos preocupa. A diversidade de suas concepções, a ausência de um centro internacional que unificasse suas propostas políticas, levam a discussão a passar, necessariamente, pelo marco nacional (52). De todo modo, considerando-se apenas a Europa, alguns problemas e características comuns podem ser relacionadas a respeito.

Os Partidos Socialistas, com raras exceções, tiveram de purgar culpas e realizar numerosas auto críticas no imediato após-guerra. Uma parte dos deputados franceses apoiara o governo de Vichy; oportunistas e inócuas tentativas de sobrevivência tinham isolado os Partidos de suas bases operárias e populares, na Europa Central e do Leste, imediatamente após o avanço das forças nazistas. A omissão frente a tragédia espanhola, a perda relativa da credibilidade do anti-bolchevismo; a competên

cia organizativa dos comunistas durante a resistência, o patriotismo que tinham demonstrado, eram outros fatores, aqui ou ali, que contribuíam para diminuir o espaço político anterior com que contavam os socialistas de todos os matizes.

Teórica, ideológica e politicamente os socialistas também se achavam divididos. Grosso modo, a grande linha de clivagem que podemos perceber diz respeito a aceitação (ainda majoritária) do marxismo como teoria fundamental da proposta socialista, ou sua diluição como uma das perspectivas - e não mais que isso -, capaz de orientá-la. O espectro aqui é amplo, e vem de antes da guerra.

De todo modo, o elemento da unidade é ainda a valorização das instituições democrático-liberais (voto universal, pluripartidarismo, liberdade de imprensa, parlamentarismo ...), vistas como conquistas populares que um regime socialista deve preservar, aperfeiçoando.

Partido da classe operária ou partido popular? No entre-guerras os programas tinham mantido a definição tradicional, ainda que o jogo eleitoral tivesse sempre justificado a busca da ampliação da base social partidária na direção das "classes médias". Reflexões a propósito do crescimento do chamado setor terciário da economia, com a multiplicação dos contingentes sociais a ele vinculados, tinham já alimentado análises que retiravam ao proletariado industrial o peso majoritário que o século XIX antevira; a multiplicação das adesões operárias aos PC's (na Europa Continental) tornava também quase inevitável a revisão em

curso.

Dos escombros da guerra, um mundo dividido em zonas de influência fatalmente emergiria. Para muitos observadores, o confronto entre Estados Unidos e União Soviética podia ser ante visto. Qual a posição a assumir? Buscar uma aproximação com a URSS ou com os USA? Que política externa propugnar? Aqui a questão era de caráter prático e imediato, e tons ou semi-tons mais difíceis de vestir. Buscar, aceitar ou negar a unidade or gânica com os comunistas, na reconstrução partidária? A alterna tiva de uma "comunidade européia socialista e democrática", em termos práticos se mostraria logo irreal.

A combinação de tantos conflitos, enumerados aqui apenas aqueles que, gerais, podem ser considerados comuns a to da Europa, resultaria na progressiva diluição da identidade do movimento socialista mundial. Ou melhor, na construção de uma nova identidade, cada vez mais distante daquela que a tradição ti nha construído até 1914. Para isso, sem dúvida, contribuiria, em numerosos países, a evolução que tendências políticas conservado ras tinham vivido, com o esvaziamento progressivo das propostas liberais clássicas, o que a guerra reforçara. Não se discutia mais a não-intervenção do Estado na economia - discutia-se o grau em que devia ocorrer. Na Alemanha, a democracia cristã era capaz de subscrever a necessidade de importantes nacionalizações. O plano Beveridge nascera no "gabinete de guerra" britânico. As limitações da ação social do Front Populaire tinham que ser supe radas, na França.

Em 1939 a Internacional Socialista deixara de existir. Durante a guerra, articulações pela sua reconstrução foram encetadas a partir de membros do Labour Party, presentes no gabinete de Churchill: um "dique contra os comunistas" e seus simpatizantes" (53). Em maio de 1946 era criado o Comitê de Defesa Socialista Internacional (COMISCO), nesta perspectiva. Dirigido pelo "Labour" e pela SD alemã, resultaria no Congresso de Frankfurt, que, em plena guerra fria, recriava uma Internacional que acolhia, na Europa, apenas partidos de países-membros da OTAN.

A referência a estes desdobramentos não é suficiente contudo para que se simplifique o quadro político, teórico e ideológico do socialismo na guerra e no pós-guerra, complexo quadro em que sinceras preocupações com a relação entre planificação socialista e democracia política tiveram lugar, ao lado de velhas tendências oportunistas, chauvinistas ou meramente tradeunistas que acabaram por prevalecer. Aqui, parece-nos suficiente assinalar o fato, ao qual voltaremos.

## IV - A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO: 1945-1947

"O Brasil já experimentara a atuação de correntes políticas as mais diversas e de revoluções que iam da ANL, com dominadora infiltração comunista, até o pequeno e traiçoeiro golpe desprezível realizado pelos integralistas, "camisas verdes" copiadores do fascismo e do nazismo estrangeiro; que iam de arrancadas liberais a graves composições conservadoras; e uns e outros, aqueles e estes mostravam-se incapazes de trazer soluções necessárias ao progresso do país e à felicidade de seu povo. Havia, por isso, um grupo de patriotas e de políticos, de intelectuais e professores, de trabalhadores e de estudantes - todos homens de esquerda, que tinham lutado contra o fascismo dentro e fora do Brasil, e que não encontravam partido que os abrigassem, já que nem eram comunistas nem tinham quaisquer compromissos com os grupos reacionários, conservadores ou simplesmente liberais que dominavam o país ... precisavam de um instrumento político que fosse posto à disposição dos milhares de outros brasileiros que possuíssem o mesmo ponto de vista e se viam impossibilitados de fazer vida pública num partido de esquerda, não-comunista, democrático, anti-capitalista, posto a serviço da classe média e da classe operária. Impunha-se, pois, a fundação de um Partido Socialista" (54).

Escrito em 1954, por um dos fundadores do PSB, o texto acima contém, se superarmos a percepção imediata da sua ingenuidade, uma série de informações esclarecedoras a propósito de seu objeto. Decodificado, nos diz que o PSB nasce "por exclusão" de outras possibilidades de militância - sobretudo aquela representada pela PCB; nasce não de um movimento de origem classista, mas da existência de um "grupo de patriotas, etc, etc", indivíduos, pois, idealisticamente buscando fazer "vida pública". Indivíduos de classe média ou "trabalhadores", preocupados em criar um partido para (= "posto a serviço") a classe média e os trabalhadores (nesta ordem?).

Indivíduos que, a generalizar pelo autor, tem como característica não apenas o fato de serem democratas anti-capitalistas, mas também nacionalistas: adjectiva-se de "estrangeiro" o nazi-fascismo de integralistas, pecha adicional mas significativa.

O autor, veremos, não faltou à verdade.

Fazendo dois constituintes em 1945, lançando cinco anos após um anti-candidato à presidência e obtendo pouco mais de 10 mil votos (contra 3,5 milhões do eleito, Vargas). O PSB de que tratamos realmente seria o Partido de um pequeno "grupo", e não teria maior expressão eleitoral a não ser quando em coligação com outras forças políticas. No seu interior ou a sua volta, contudo, se deram debates de idéias de cuja relevância falamos na "introdução". Ainda que, conforme diz Dante Costa, definindo-se como não-comunistas, abrigou por vezes auto-intitulados marxistas.

tas-leninistas dissidentes. E, ao menos no período que nos interesse aqui, o de sua constituição, teve nos comunistas interlocutores imediatos e privilegiados.

### Os socialistas brasileiros

"Os agrupamentos pequeno-burgueses e esquerdistas afloram em abundância em 1945", assinala Carone (55). Este autor e a imprensa da época registram várias siglas presentes em São Paulo e no Rio de Janeiro - "União Democrática Socialista", "União Socialista Popular", um "Partido Socialista Brasileiro", que lança manifesto assinado pelo mesmo grupo de 1933, e, mais importante, a "Esquerda Democrática", única que chega às eleições de dezembro (56).

Em 1947, antes que a Esquerda Democrática realizasse a sua 2ª Convenção Nacional surgiu no Rio um "Partido Socialista do Brasil", cujo manifesto era encabeçado pelos redatores do "Jornal de Debates".

O grupo que edita o jornal "Vanguarda Socialista" proporia-se igualmente à organização de um Partido, ainda que não assumindo esta proposta a curto prazo. Em nosso estudo, deixaremos de lado os trotskistas, que se reúnem no semi-clandestino "Partido Socialista Revolucionário", além dos dissidentes do PCB que apoiaram a candidatura Eduardo Gomes, sendo formalmente expulsos em 1946 (57).

Como na década de 30, os nomes "Social", "Popular" e até

mesmo "Proletário" vão aparecer em "partidos" que de socialistas nada possuem. Até mesmo nos criados por Vargas - O Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro.

Os socialistas propriamente ditos formariam um conjunto bastante heterogêneo. O que tinham em comum pode ser sintetizado em poucas frases. Em primeiro lugar, são, com raras exceções, elementos da classe média, com boa formação intelectual; na maioria dos casos, intelectuais de profissão. Mantiveram-se na oposição a Vargas, adversários de qualquer composição com o "ditador" mesmo quando do esforço de guerra e da proposta de União Nacional defendida por Prestes.

A crítica, ainda que muito matizada, ao PCB e ao modelo soviético de sociedade e partido, igualmente os identificava; a afirmação de um "socialismo nacional" suplantava veleidades internacionalistas, restritas estas quase que ao grupo da Vanguarda Socialista. De todos os Partidos Socialistas (7) europeus, o mais citado e reverenciado era o Labour Party, pelo programa que defendia, pelas bases sociais que possuía, ou ainda, pelo amplo espectro de tendências que chegou a abrigar, na época.

Seria mais fácil, aqui, propor uma síntese que privilegiasse um universo mais de negativas que de afirmações positivas: não à Vargas, não ao PCB, não a um internacionalismo político orgânico, praticamente nenhuma ligação com a reconstrução de movimento operário. Era muito pouco para levar a alguma atuação política consequente e autônoma.

Ainda que não tenhamos concluído a pesquisa a que nos pro

pos, é fácil listar a série de pontos que tornava os socialistas de 45 um grupo heterogêneo ao extremo.

Havia de católicos a marxistas; de "marxistas-leninistas" a "luxemburguistas"; de democratas radicais aos que se consideravam revolucionários; de elementos preocupados com a questão do racismo, até cooperativistas que valorizam Proudhon; reformistas de todos os matizes a oportunistas que o futuro iria desmascarar.

Havia os que tinham militado no PCB e participado de alguma de suas cisões. Outros, "socialistas históricos", vinham das formações político eleitorais de 1933.

A UDS tem bases em São Paulo, reunindo basicamente intelectuais, com penetração nos meios universitários. Participaram da frente informal de resistência ao Estado Novo, alguns tendo conhecido o exílio.

Segundo Carone, sua preocupação é "ficar equidistante das duas linhas comunistas principais, a stalinista e a trotskista, defendendo posição marxista independente" (58). Os nomes que compõem a "Comissão Provisória da Organização", são todos, de escritores, intelectuais, professores ou jornalistas (59).

A "Comissão Executiva do PSB" (60) que relança a sigla é também de São Paulo: são os dirigentes de 1934, que, reformistas, acenavam na ocasião, com soluções institucionais de tipo sindicalista, distantes do marxismo.

Praticamente nada conhecemos da "União Socialista . Popular", que atua no Rio e em São Paulo, realizando "cursos marxistas" e indicando candidatos inscritos pela Esquerda Democrática ou pelo Partido Republicano às eleições da constituinte, através da "Vanguarda Socialista" (61).

Em abril de 45 a ampla frente de oposição que apoia a candidatura de Eduardo Gomes se formaliza como partido político na fundação da União Democrática Nacional. Vários reformistas históricos (62), (ao lado de comunistas, liberais, políticos que apoia ram Julio Prestes, ex-colaboradores de Vargas, etc, etc) assina rão a ata de fundação. Em julho é divulgado um documento da "Esquerda Democrática", apoiando a candidatura do Brigadeiro (63); em agosto, sai o "Manifesto", onde se fala da constituição futura do grupo em Partido. Muitos dos signatários tinham subscrito a ata de fundação da UDN ou o manifesto da UDS.

É também em agosto de 1945 que começa a ser editada no Rio, com sucursal em São Paulo, a "Vanguarda Socialista". Em longo edi torial ("Diretrizes"), dizia de si próprio que "Não é órgão de nenhum partido, não está sujeita a nenhuma disciplina partidária; é um trabalho coletivo de vários companheiros irmanados por um mesmo ideal e mais ou menos estruturados pela mesma base cultural marxista. Os editores ... também não pertencem a uma mesma organiza ção política, acontecendo aliás que muitos deles não fazem parte de partido algum". "Não é um jornal de agitação para as massas" - é um "jornal de vanguarda" ... que reúne camaradas que percebem em comum "a necessidade de se reorganizar o movimento socialista proletário, nacional e internacional, sob novas bases, e começam

do tudo de novo. Porque, na realidade, se trata de começar tudo de novo". Mário Pedrosa e Hylcar Leite figuram como diretor e secretário de redação.

Embrionariamente organizados em pequenos círculos, ou não, a ação política dos socialistas nos anos da guerra e daí até as eleições de dezembro de 1945 comporta uma descrição relativamente simples. Podemos tomar a anistia como marco para propor uma periodização, a este respeito. Até então sua presença aparece diluida na ampla frente informal que combate a ditadura; sua ação é relevante.

Grande número dos futuros dirigentes socialistas aparece envolvido na organização e realização do 1º Congresso Brasileiro de Escritores (64). Intelectuais, professores, tem oportunidade de, aqui ou ali, para auditórios estudantis ou da classe média, levantar a questão da democracia ou até mesmo do "socialismo" (65). Nos comícios da fase final da luta pela anistia, estiveram presentes (66).

Sua presença, como de resto em todo período, não pode ser detectada nas lutas que os trabalhadores urbanos encetam por questões salariais ou de condições de trabalho.

Cabe aqui referir o processo de lenta reconstrução que viveu o PCB após as prisões que dissolveram o Comitê Central em 1941. A CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), baseada no Rio de Janeiro, é que promove em 1943 a "Conferência da Mantiqueira", escolhendo nova direção nacional, que no entanto não

é reconhecida por todos os militantes. Sua palavra de ordem "União Nacional, com Vargas", "na guerra e na paz" encontra uma dupla oposição: à direita, do grupo "liquidacionista" que entende ser conseqüência da dissolução da IC a dissolução de cada Partido Comunista (67), forma de garantir a "União Nacional" pretendida.

À esquerda estão o(s) grupo(s), sobretudo paulista(s), que entendendo que a luta contra o fascismo na Europa supõe igualmente a luta nacional pela democracia, recusam-se a apoiar o governo.

Ainda que desde a prisão Prestes tenha se posicionado pela linha "da Mantiqueira", não era ainda notória sua posição antes da libertação. Muitos comunistas encaminhavam a linha de esquerda, e tiveram nos socialistas e democratas-radicalis aliados imediatos. Dos primeiros "Comitês Democráticos-Populares" organizados no Rio de Janeiro, estes últimos participaram, entre eles o futuro constituinte Domingos Vellasco (68). No pouco que se pode pu-licar de crítica ao regime, antes da entrevista de José Américo ao Correio da Manhã, as duas tendências dividiram espaço impresso (69).

A conquista da liberdade de imprensa, a convocação de eleições para a presidência e Assembléia Constituinte, a decretação da Anistia, põem fim à frente única. Os comunistas que assinam a ata de fundação da UDN (Astrogildo Pereira, por exemplo) logo aceitariam a orientação de Prestes.

Para os socialistas é o momento de lançamento das organizações que já referimos; os campos se definem, e a atuação destes

se fará na sustentação da candidatura de Eduardo Gomes. "... o homem pequenino/que morava na prisão /.../ carregou prá outra banda/ os caboclos de arrastão / E a carroça afogou no mar/ ..." (70).

Todo um debate, de que temos notícia pela "Vanguarda Socialista", ocorreu nos meses de abril a novembro de 1945. Uma parcela reduzida da esquerda, constituída pelos trotskistas do PSR, buscou desconhecer as eleições presidenciais, pregando até a derrubada de Vargas a constituinte, e um governo popular-revolucionário. Enquanto os comunistas buscavam o "governo de unidade nacional" do qual participariam, agitando a "Constituinte com Vargas", o leque dos socialistas se atiraria a apoiar a candidatura do brigadeiro.

Como relata Maria Victória, a adesão dos socialistas era valorizada pelo núcleo dirigente udenista; a presença de homens de esquerda na campanha amenizava a caracterização de suas bases sociais como constituídas pelos "reacionários", "derrotados em 30". (71).

Os trabalhadores urbanos dividiram-se, contudo, entre o "queremismo" de Vargas, votando no PTB e em Dutra, e os candidatos do PCB. A votação dos socialistas foi, em dezembro, irrisória, como foi ínfima a votação do Brigadeiro entre os trabalhadores.

A Esquerda Democrática buscou diferenciar suas propostas daquelas encaminhadas pela UDN, com sucesso muito limitado.

Instalada a Constituinte, já em plena vigência do decreto 9.070, que limitava ou anulava o direito de greve, realizou-se a 1ª Convenção Nacional da Esquerda Democrática, em abril de 1946, no Rio de Janeiro.

Eram cerca de 160 delegados, representando núcleos de "11 Estados" (72) - com certeza São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte (73). Os debates visavam estruturar a organização em Partido, de acordo com a legislação eleitoral em vigor. A diversidade de pontos de vista entre os delegados teve de ser contornada com o récuo daqueles que tinham posições mais a esquerda, de raiz marxista.

Com efeito, a delegação de São Paulo (Arnaldo Pedroso D'Horta, Antonio Costa Correa, Febur Giovate, Lorival Gomes Machado, Paulo Meinberg, Sergio Milliet, Azis Matias Simão) levava à Convenção uma extensa proposta de programa, que acabaria sendo derrotada num ponto básico e elementar: por ela o novo Partido se chamaria Partido Socialista Brasileiro. A "Comissão de Propaganda" acolheu a idéia (18 x 4), mas em plenário prevaleceu a velha denominação (44 x 30) (74). A questão do divórcio acabou por ser retirada do programa, face aos protestos de Domingos Velasco, que ameaçou deixar o Partido, uma vez que católico (75).

O Partido assume, pela fala de seu presidente, João Mangabeira, o referencial do Labour Party como modelo mais próximo, ainda que afirme não buscar vínculos internacionais com outras organizações (76). O "Manifesto" de agosto de 45 acaba sendo

mantido como programa partidário.

A "Esquerda ..." tinha sofrido defecções à direita, apesar de tudo: Gilberto Freire, que a tinha apoiado, pouco antes da Convenção a abandonava, preferindo um "movimento de opinião acima dos Partidos" a constituição da organização (77). Mário Pedrosa (e talvez mais alguns dos colaboradorss da Vanguarda Socialista), por sua vez, tinha seu pedido de ingresso rejeitado. Como veremos, justifica o fato como decorrente de preocupação da direção nacional da ED em não abrigar críticos radicais do PCB. O fato do jornal ter divulgado os textos da delegação paulista à Convenção, resoluções, etc., deu motivo a um "Comunicado" da direção nacional, onde se afirmava que V.S. "não tinha recebido autorização " para isso (78).

O desempenho eleitoral do Partido em janeiro de 47, quando se elegem as Constituintes dos Estados, não apresentou variação positiva. No Distrito Federal, João Mangabeira candidatase ao Senado obtendo cerca de 9.000 votos, menos que os votos em branco e menos de 10% da votação de João Amazonas (candidato pelo PCB) (79); elege-se um vereador (Ozório Borba), entre os 50 que obtêm vaga (80).

Em São Paulo, por diferença de 660 votos, não foi atingido o quociente eleitoral que daria o mandato a Alípio Correia Neto (a soma das legendas é 14.410; seriam necessários 15.070) na Câmara Estadual (81). Nos demais Estados a situação é a mesma.

A relação de candidatos apresentados, onde a pudemos obter, mostra que não tinham se renovado os quadros partidários. In

telectuais, professores, escritores, militantes do movimento negro, um ou outro operário (82).

As vésperas da IIª Convenção Nacional da ED, surge no Rio de Janeiro o Manifesto do "Partido Socialista do Brasil" assinado pelos responsáveis pelo Jornal de Debates: Mário da Silva Brito ("presidente da Academia Brasileira de Ciências, catedrático na Universidade do Brasil"); Mattos Pimenta (ex-dirigente do Partido Democrático no Distrito Federal); Plínio Catanhede ("ex-presidente do IAPI"); Américo Barbosa da Oliveira ("assessor técnico da Comissão de Investigação Econômica e Social da Câmara de Deputados"); Gentil Fernando de Castro ("escritor e professor") (83).

"Não se trata, em absoluto, de um Partido anti-comunista" - mas sim de um Partido Socialista "semelhante aos existentes na França e na Itália, ou mesmo, ao Partido Trabalhista inglês, que iniciou agora, na Inglaterra (sic) uma política de franca socialização". "Um partido de trabalhadores, dirigido unicamente por trabalhadores" (84).

Seu surgimento era justificado pelo fato de que "De 80% a 90% do eleitorado não vota no Partido Comunista", sendo, no entanto, "a grande maioria dele, socialista"; vota-se nos "partidos burgueses" por falta de um, "realmente socialista", que "lhe inspire confiança". "A Esquerda Democrática falhou neste intento, pois obteve apenas 2% do eleitorado carioca e 1 1/2 % do paulista, não ultrapassando portanto ... o PRP" (= que obteve as mesmas percentagens) (85).

Na IIª Convenção da ED, afinal a organização muda de nome, o que geraria protestos da direção do "Jornal Debates", que, por suas páginas ameaça "ir a justiça" (86). O Partido Socialista Brasileiro é assim batizado contra duas outras alternativas: "Partido Socialista" (nome defendido por Castro Rabelo, Osório Borba e Ferraz de Camargo) e "Partido Popular Socialista" (Domingos Vellasco, Hermes Lima, Alceu Marinho do Rego e Nemo Canabarro). São padrinhos da nova denominação Valter Peixoto, Bayard Boiteux e Amorety Osório (87).

A esta altura, uma série de acontecimentos rapidamente indicava a mudança de conjuntura.

A guerra fria já era uma realidade: a colaboração entre os aliados vitoriosos, na paz, existia apenas nas tentativas conciliatórias de Stálin e no otimismo do PCB. Este deixaria, a 7 de maio, de ter estatuto legal, impedido de funcionar por decisão judicial. Ao mesmo tempo a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores seria igualmente colocada fora da lei, sofrendo intervenção os sindicatos que tinham apoiado sua constituição.

O movimento operário voltara, desde a greve nacional dos bancários, de um ano antes, a ser basicamente dirigido pelos sindicatos; as principais organizações nas fábricas eram as células comunistas (88). A palavra de ordem de "renúncia de Dutra" não foi provavelmente a mais mobilizadora, assumida por quem até bem pouco oferecia inutilmente a possibilidade de cooperação com o governo. A repressão aos sindicatos mais com

bativos, a perseguição aos sindicalistas, não era, contudo, apenas consequência da nova conjuntura mundial. O acordo PSD-UDN-PR significava a pacificação dos interesses divergentes das principais facções da classe dominante; não é por acaso que é a ela "cassadora" anti-comunista da UDN que, sob o pretexto de evitar a unidade PSD-PTB, adere a Dutra. Um novo pacto de dominação, institucionalizado já pela Constituição de 1946 e pelas medidas repressivas de Dutra, vigora (89).

Outro elemento a considerar é que PCB e Esquerda Democrática tinham já ultrapassado a fase da cordial divergência. João Mangabeira, como candidato ao Senado no Distrito Federal recebe violentas críticas do jornal Tribuna Popular (90). Em contrapartida, o atingido declarar-se-ia favorável ao fechamento da Juventude Comunista (91), ainda que tenha defendido a manutenção da legalidade do Partido, como de resto, todos os liberais.

Os socialistas do PSB, se tinham sido incapazes de crescer junto aos trabalhadores, sofriam desde o ano anterior uma séria competição na ampliação de suas bases junto às classes médias. O "Movimento Renovador" da UDN elegia no Distrito Federal Carlos Lacerda, com sua pregação "moralizadora", "fiel ao espírito da campanha do Brigadeiro" (92). Entre o PTB, o PCB e a ala de "mãos limpas" da UDN, pouco espaço tinha restado aos socialistas, "partido de escritores", como chegou a ser chamado.

## V - OS PROGRAMAS SOCIALISTAS 1945-1947

A análise dos programas e manifestos socialistas divulgados no período que antecede a IIª Convenção Nacional da Esquerda Democrática é relevante para que se conheça o pensamento político de seus militantes. Expressam consenso e conciliação, em alguns casos: as divergências de fundo entre eles, como já assinalamos, eram consideráveis. O reformismo pequeno-burgues, de toda forma, está inscrito neles.

### 1 - A UDS

O "Manifesto" da UDS está voltado para a questão da democracia no país. A superação do Estado Novo enquanto forma política ditatorial é a primeira preocupação do texto. É diante da questão da democracia que seus redatores buscam situar a história das classes dominadas brasileiras, tendo aí de afirmar suas percepções sobre o processo republicano.

Assim, por exemplo, a revolução de 30 teria correspondido "às aspirações democráticas de todas as classes oprimidas"; deveria ter aberto "oportunidades de afirmação para a classe média". Frustrou-se por ser dirigida por uma "dissidência oligárquica", embora sua vitória tenha possibilitado "o surto sindicalista" que se lhe seguiu.

A ANL, "destinada a lutar contra as oligarquias" é valorizada; o levante de novembro de 35, resulta de um "ato de desespero", contra "o avanço do fascismo nacional". O golpe de 37 frustrou "esperanças" surgidas da campanha eleitoral; foi "recebido com resignação e desinteresse" porque "a nação" "não possuía um regime democrático autêntico".

O Estado Novo não teve nenhum caráter progressista: ao contrário, representou "um supremo esforço de consolidação das oligarquias que sempre se opuseram ao progresso do Brasil". "A ditadura é uma forma mais reacionária e mais retrógrada, de domínio de latifundiários, dos banqueiros e dos monopolizadores do comércio e da indústria".

A classe média respaldou os movimentos revolucionários dos anos 20, não conseguindo apoderar-se do Estado pós 30 pela sua rejeição à aliança com o proletariado urbano e rural. Por razões distintas, ela e o proletariado não tiveram Partidos que pudessem representá-los. O PCB só influi nos acontecimentos políticos do país com a ANL: a repressão impediu os partidos operários de terem vida legal. A maioria do povo brasileiro - "a grande massa dos trabalhadores da terra", "nunca teve participação efetiva na vida política nacional" - são a "grande voz muda da história brasileira".

A luta contra o Estado Novo, diz o texto, organizou-se "sobretudo entre os moços que anteriormente já vinham lutando contra o integralismo". Curiosamente, não há referência à insatisfação operária: o "manifesto", da mesma forma que outros tex

tos, acaba por corroborar a leitura liberal da crise: não se passa da referência a que "O Estado Novo está sendo destruído pelas mesmas forças que destruíram o fascismo e o nazismo na guerra atual...".

A UDS não tem "objetivos eleitorais imediatos e próprios". Pretende, como "agrupamento de ação política independente, no seio do movimento proletário brasileiro", atuar em conjunto com "outros agrupamentos socialistas". Faz parte de seus objetivos "educar quadros políticos da mocidade para o socialismo militante". A questão do papel político "dos jovens", "da mocidade" é sempre referida no texto; a UDS poderia melhor se definir como pretendendo ser um grupo de propaganda.

O texto não contém uma avaliação da URSS - afirma-se apenas "a vitória do regime socialista", lá: é "uma democracia sem classes". Não há também uma avaliação explícita do PCB. Fala-se, contudo, quando da defesa da "moralização da vida política brasileira" - Vargas personificando "o amoralismo político e o uso da imoralidade como arma política" - que "a esquerda no Brasil apresenta alguns deploráveis resultados no uso de métodos imbuídos de amoralismo". Diz-se, ainda, que a ação dos "partidos representativos da classe operária" não deve "tomar como ponto de referência a política externa Soviética".

Os partidos operários devem ser autônomos: "Embora o socialismo seja por definição de caráter internacional, sobretudo na fase atual de desenvolvimento do mundo, entendemos que os meios de atingi-lo só poderão ser encontrados pelos partidos po

líticos esquerdistas em cada país, de acordo com as suas próprias condições econômicas, sociais e políticas nacionais".

Os objetivos imediatos da UDS resumem-se na destruição do aparelho político instituído pela ditadura, convocação de Constituinte (eleita por sufrágio universal, direto, secreto: voto para todos os maiores de 18 anos), garantia das liberdades democráticas, exige-se, sem maiores esclarecimentos, "liberdade e autonomia dos sindicatos e direito de greve"; melhorias econômicas para os trabalhadores, extensão ao campo da legislação trabalhista, reforma tributária, etc.

Diante da disputa presidencial, Gomes é defendido pois "polariza forças políticas e sociais capazes de abrir perspectivas para uma luta programática mais definida no futuro próximo"; o apoio oferecido é, contudo, condicionado "ao lançamento de programas que sejam consetâneos com as aspirações econômicas, sociais e políticas da classe média e dos trabalhadores".

## 2 - O PSB-SP

Paralelamente à organização da UDS, em maio, a Comissão Executiva do PSB de 1934 divulgou em São Paulo documento que reproduz parte do Manifesto de sua fundação, afirmando-se "uma sociedade civil legalizada". Busca retomar o status jurídico que o Estado Novo lhe retirara. Baseado na "concepção científica da história", atingindo o poder, "promoverá um novo ordenamento jurídico da propriedade e um novo estatuto econômico da produção". Antes, propõe-se a lutar "por todas as medidas tendentes a melho

rar a sorte dos trabalhadores e da classe média", o que inclui "a sua organização em sindicatos livres e cooperativas". Curioso é que "na órbita externa" propõe o "livre-cambismo" e "colaboração com as demais nações americanas num defensivo movimento continental contra o imperialismo e as guerras de conquista".

O texto não é muito esclarecedor. Na conjuntura, propõe-se a ajudar "a compor frentes únicas populares", apoiando toda "união nacional pela democracia". "Não se misturará, todavia, com outros partidos políticos" ...; "votará, sob a própria legenda, nos candidatos que seus núcleos de base escolheram", o que se constitui, aparentemente, na rejeição ao ingresso na UDN e afirmação de fidelidade à proposta de frente não-partidária que a antecederá.

Quase todos os signatários, como aqueles dirigentes da UDS, acabam por se reunir na Esquerda Democrática, organizada em agosto.

### 3 - A ED

As propostas deste novo grupo refletem a conciliação de diferentes tendências. Mais amplo e explícito, fixa, ao mesmo tempo, o "socialismo" pretendido. A doutrina social da Igreja parece ter sido o limite no qual se deteria o acordo das tendências.

O manifesto de agosto de 1945, da mesma forma que o texto da UDS, prioriza a luta pela democracia, considerando fundamen

tais os princípios do regime representativo, das liberdades de expressão, organização, culto, etc, da "autonomia sindical" e do direito de greve.

A democracia, contudo, não se confunde com "determinada ordem econômica"; as desigualdades e antagonismos sociais não são decorrências da ordem democrática, mas sim consequências do liberalismo econômico. Não ocorre, no entanto, a defesa do socialismo: afirma-se apenas que "a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo", o que poderia ser subscrito pelo Papa. A CD defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, a medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país", quando e como "expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático".

Nas "reivindicações imediatas destinadas a melhorar as condições gerais de vida do povo brasileiro", programa mínimo, não há nenhuma "socialização dos meios de produção" prevista. Mesmo a propósito da questão agrária o que se recomenda é apenas um "vigoroso estímulo à pequena propriedade", inclusive com a "distribuição de terras não aproveitadas ...". Diz-se apenas que esta prioridade "não exclui soluções de outra natureza". O texto da ED fica a direita daquele da UDS também quando se observam as reivindicações a propósito da questão educacional: prevê-se apenas "gratuidade do ensino público em todos os graus e ramos", o que de resto já existia (paralelamente à rede particular). Os demais pontos referem-se a melhorias econômicas para os traba

lhadores, ampliação do assistencialismo, etc.

A candidatura de Gomes não recebe restrições - ela surge "cercada ... da confiança de todos os que tem combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática".

O programa aprovado na 1ª Convenção Nacional e ratificado na 2ª avança bastante. A ênfase passa da questão da democracia para a questão das reformas sociais; só com o socialismo é que poderia ser realizado integralmente seu programa. A ED se transforma em partido, destinado não a lutar pelos "interesses exclusivos de uma classe", mas sim pelas "de todos os que vivem de seu trabalho" - o que inclui os "pequenos produtores e comerciantes".

A socialização, que se realizaria gradativamente, não significaria apenas a "simples intervenção do Estado na economia" e deveria "ser decretada pelo voto do parlamento democraticamente constituído e executado pelos órgãos administrativos e leitos em cada empresa". A nacionalização dos "bens" seria feita "pela União, Estados e Municípios, subordinando-se ao voto das respectivas câmaras legislativas".

O Partido evita maiores definições a propósito de um referencial teórico. Diz-se "resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo", "expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro"; "sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pe

los grandes teóricos e doutrinares ...", "entende que as ci-  
sões provocadas por essa influência nos vários agrupamentos par-  
tidários estão em grande parte superadas". O que tem o sentido  
principal, acreditamos, de rejeição ao alinhamento a alguma orga-  
nização socialista internacional.

As reivindicações imediatas agora incluíam extensas pro-  
postas de nacionalização. O Labour Party já governava o Reino  
Unido. Não apenas as terras não exploradas seriam nacionalizadas;  
o mesmo se daria com aquelas "cuja exploração atual não atende ao  
interesse público".

A ampliação dos direitos trabalhistas é melhor esclare-  
cida, não se detalham, entre tanto, os propósitos de assegurar  
"liberdade e autonomia dos sindicatos, considerada a unidade sin-  
dical dos trabalhadores, aspiração a ser realizada por eles pró-  
prios" (93).

O "ensino particular de fins lucrativos" - preserva-se,  
aqui, os estabelecimentos vinculados à(s) Igreja(s) - deveria  
ser "progressivamente" suprimido. Mesmo que diminuída, a in-  
fluência católica ainda se faz presente no texto.

Reformista, o Programa não advoga a superação das formas  
democrático-liberais de Estado - apenas "as considera insufi-  
cientes" para que se elimine o regime econômico de exploração  
do homem pelo homem.

#### 4 - O PSdoB

O "Manifesto" do Partido Socialista do Brasil é posterior às eleições estaduais de 1947 e antecede de pouco a IIª Convenção Nacional da Esquerda Democrática. Privilegia questões econômicas, reivindicando a imediata intervenção estatal na economia, a começar pela terra - "O Brasil não comporta unicamente soluções indiretas de apoio aos pequenos lavradores ... difíceis de serem aplicadas e demoradas nos seus resultados". "A socialização da terra será realizada na medida das necessidades públicas. Nenhuma propriedade privada poderá se opor aos interesses da coletividade".

Quer o monopólio estatal dos bancos, indústrias básicas e transportes; a educação é, em todos os níveis, "tarefa fundamental do Estado".

O PSdoB é, no entanto, "absolutamente contrário a todo e qualquer sistema de partido único e de ditadura". Apoia, no entanto, um "governo de união de todas as forças políticas, harmonizadas em torno de programas comuns de natureza progressista", algo como a "União Nacional" de Prestes.

No documento diz-se que a organização surge "com um programa explícito, como o dos seus congêneres da Itália e da França e na linha de conduta do atual Partido Trabalhista inglês".

Como já vimos, o grupo considera tímidos e derrotados os esforços e a proposta da ED. Curiosamente diverge do PCB

porque este propugna a revolução democrático-burguesa; em pala  
bras, é mais radical: Mattos Pimenta em artigo de 21 de feverei  
ro afirma que "quanto mais desenvolvermos o capitalismo no Bra  
sil, como querem nossos comunistas, mais difícil será a implanta  
ção do socialismo entre nós, mais fortes e inexpugnáveis serão as  
posições dos reacionários". O Brasil, além disso, já era sufi  
cientemente desenvolvido para experimentar a superação do capi  
talismo (94). Na Inglaterra esta superação já se achava, com o  
Labour Party no poder, ocorrendo: caminhava-se na direção já  
trilhada pela URSS. A estatização dos meios de produção seria  
feita, aqui, pacificamente - mediante indenizações e garantia de  
renda aos burgueses desapropriados ... (95).

O PSdoB deixa o noticiário logo após a mudança de nome  
da ED. Seus organizadores se destacarão mais a frente na luta  
pelo monopólio estatal do petróleo.

VI - A "VANGUARDA SOCIALISTA"

O jornal Vanguarda Socialista, editado no Rio de Janeiro, é relevante a todos os títulos: como fonte para o estudo do movimento operário, é uma alternativa à "grande imprensa" e àquela editada pelo PCB, na análise de vários fatos da conjuntura; como tribuna de debates, porta-voz de polêmicas, reflete as inquietações de numerosos intelectuais e militantes que, em sua grande maioria, tinham pertencido aos quadros do PC ou de suas dissidências trotskistas.

Começou a ser editado em agosto de 1945, com 8 páginas, em formato de tablôide e edição semanal. Em dezembro do ano seguinte, era reduzido para 4 páginas; a partir de outubro de 1947 passa a aparecer quinzenalmente. Não há informações sobre as tiragens alcançadas. Mário Pedrosa e Hilcar Leite são por ele responsáveis, até junho de 1948, quando o jornal é "doado" ao PSB, tornando-se seu órgão oficial (96), sob a direção de Hermes Lima. O lema do jornal passa a ser "Socialismo e Liberdade".

Grosso modo, a história do conteúdo do jornal (materiais publicados) pode ser balizada duplamente, pelas vicissitudes econômicas, que reduzem suas páginas e periodicidade e pela evolução do debate político entre seus colaboradores.

Primeira alteração corresponde a supressão dos textos teóricos, muitas vezes inéditos, que na primeira fase chegavam a

ocupar um quarto das edições: Marx, Engels, Lenin, Trótski, Rosa Luxemburgo, Kautski ... Permanecerá, até 1948, a divulgação de documentos oriundos dos Partidos Socialistas europeus e latino-americanos, com destaque para aqueles do PS italiano. Aqui, apesar das críticas que são feitas por alguns dos colaboradores, à publicação dos "clássicos" (97), a mudança resulta da diminuição do espaço disponível nas edições.

Desde o primeiro número, a orientação primeira do jornal será a crítica ao "stalinismo" e a tudo (proposta política, ação tática e estratégica, rumos da vida interna, etc.) que se relacione com o PCB. O jornal não se define, contudo, como "anti-comunista" - o que acabará por ocorrer, nos textos assinados por Mário Pedrosa, no final de 1946 (98). Abrigará, pelo menos até o começo deste ano, colaboração assinada de militantes trotskistas ligados ao PSR, o que deixará de ocorrer a seguir: no primeiro número da "Orientação Socialista", publicado por aquela organização, a "Vanguarda ..." será apresentada como "agrupamento pequeno burguês".

Nesta primeira fase, a "Vanguarda" é verdadeiramente uma tribuna de debates. O afastamento dos trotskistas é simultâneo ao de "socialistas" que rejeitam Marx e Engels como teóricos principais. Em setembro de 46 Mário Pedrosa em nome de "uma comissão" propõe "Novos Rumos" para a publicação (99), divulgando "teses" que serviriam para dar "homogeneidade política" ao grupo.

A base política do jornal se estreita mais, a partir daí, à medida que os que aceitam as teses da redação são muito poucos.

O destino da "Vanguarda ..." é o de se tornar órgão sectário, mais que antes, defendendo propostas estreitamente balizadas.

A ação eleitoral do grupo, em 1945, está voltada para o apoio à candidatura de Gomes: "a luta contra o fascismo estado novista perdeu o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder, para tomar a aparência de uma campanha presidencial"; "o movimento encabeçado por Eduardo Gomes significa, no jogo das contradições sociais, um movimento progressista no sentido político; representa uma conglomeração de elementos sociais diferentes em ação unida contra a ditadura. O grosso de suas forças é representado pelas camadas das classes médias e de parte da burguesia, cujos interesses na realidade se opõem aos da burguesia que Prestes batizou, para a imortalidade das piadas felizes, de progressistas" (100).

O golpe que derruba Vargas não altera a palavra de ordem. Ainda no final de 1946, o "espírito" da candidatura do Brigadeiro seria defendido.

Desde então, e par do acompanhamento do desenrolar da conjuntura política do país - marcada pelos trabalhos da constituinte, melhor definição dos perfis partidários, graves operárias e reinstitucionalização da repressão, etc., o grande tema do jornal será o debate sobre a construção do Partido Socialista.

A Esquerda Democrática, formalizada na mesma época em que a "Vanguarda" vem a luz, é avaliada de forma contraditória pelos colaboradores da publicação: vários, nos primeiros meses, ain

da alguns, após, tinham nela se inscrito. Para uns, a ED era o único núcleo político organizado que reunia condições para se tornar o futuro P.S.; para outros, não. Evidentemente que a avaliação divergente derivava de diferentes compreensões a propósito do PS pretendido. Pelas matérias publicadas, é possível dizer que a questão passava pelo referencial teórico, pela avaliação da força do PCB, pelo grau de prioridade dado ao combate a este Partido, etc.

Nas eleições para a Constituinte, o jornal recomendou candidatos em São Paulo (João da Costa Pimenta - ED), Distrito Federal (Hermes Lima - ED; Azevedo Lima - Senado, UDN; J.G. de Araújo Jorge - PR) e Ceará (Jáder Carvalho - ?) (101).

A propósito da 1ª Convenção Nacional da ED, entre janeiro e maio de 1946 uma série de opiniões contraditórias foram divulgadas, algumas sem assinatura rática que desaparece no jornal: até os editoriais vão ser assinados, (estes, por Mário Pedrosa).

Em dezembro de 1945, a matéria "Partidos burgueses e partidos de esquerda" diz da Esquerda Democrática:

"Entre os grupos de formação mais heterogênea ou ocasional destaca-se hoje a ED. Esta, surgida das necessidades de preencher um vácuo entre as massas operárias e a burguesia liberal, apresenta-se, depois da manifestação das urns como um centro de elementos descontentes vindos de várias tendências e origens".

.....

"Um partido não se forma, porém, da insuficiência de outros ou para completar a ação ou o papel dos outros".....

"Há dentro dela (= ED) uma tendência a excluir tudo que lhe possa dar nervo de uma organização de militantes. Ela poderia ou poderá preencher um grande papel na história do movimento social do Brasil, se se considerar como um núcleo de convergência de todas as forças e de todos os grupos que pelo Brasil afora lutam ou querem lutar para que a democracia no Brasil deite raízes populares e se transforme numa democracia socialista" (102).

Em 29 de março, Hilcar Leite indaga se "a habilidade será suficiente para criar um Partido?", respondendo a críticas de que o grupo de V.S. vinha sofrendo, como "inábil". Para ele, contudo, o fundamental era o aparecimento de um movimento de opinião socialista, e a elaboração de uma plataforma. Reconhece que tinha ocorrido, "superestimação da força de penetração das idéias, daí a série de dificuldades que (= a V.S.) vem encontrando. Não fomos capazes de, paralelamente com a existência de V.S. criar grupos que a sustentassem e que seriam os germes do futuro Partido" (103).

A 12 de abril, Plínio Melo trata da reunião. Somente a ED "apresenta condições de viabilidade para a formação do futuro PS". Valoriza suas bases nacionais, a caracteriza como expressão de "tendências radicais da pequena burguesia", descontente com Prestes que resolvera apoiar Vargas. A convenção deve lançar as bases do PS - para isso, um programa e métodos de ação

alternativos ao PCB devem ser formulados, e a resistência ao ingresso de militantes egressos do PC, marxista, deve ser superada.

Em 19 de abril, matéria anônima descreve a convenção: direita e esquerda presentes, a esquerda recuando para ganhar posições mais adiante, etc. O título: "Já será o Partido Socialista?".

Em 3 de maio, A. Neves propõe avaliação diferente: a convenção reuniu "um aglomerado bem mais complexo" que uma divisão em esquerda-direita. "O grosso dos convencionais era indiscutivelmente formado por homens vindos do campo stalinista ... o que explica a mentalidade impregnada de concepções mais ou menos bolcheviques". A delegação de São Paulo é valorizada: já superara o stalinismo e o trotskismo, "e não via mais os problemas políticos do país em função de Prestes e da Rússia, pró ou contra".

Como já dissemos, a divulgação de documentos saídos da Convenção da ED, pelo jornal, provocou nota oficial da direção partidária, afirmando a desvinculação total entre Partido e Jornal.

Em agosto, num balanço do primeiro ano de existência de publicação, o editorial (assinado por Mário Pedrosa) reconhece a "falta de penetração na massa" que vinha caracterizando o grupo. No entanto, diz que os "políticos habilíssimos" que o criticam "estão tão afastados das massas quanto nós". A diferença é que estes iriam sendo "arrastados pela corrente", destinados a aportar "em algum ponto intermediário do oportunismo ou do prestígio". No Brasil, como de resto, no mundo todo, "a poderosa má

quina do comunismo" seria "foco permanente de atração para essas mariposas vacilantes" (104).

Já nesta época, quase que só críticas à Esquerda Democrática são veiculadas (105). Quando da 2ª Convenção Nacional, que muda seu nome para PSB, o fato é enunciado com promessa de futuros comentários - o que acaba não ocorrendo.

Nas eleições de janeiro de 1947, o jornal apoia candidatos e não Partidos. No Distrito Federal, Eduardo Muniz. A filiação partidária do candidato é justificada: ele está na UDS "por eliminação", uma vez que a "ED não aceita inscrições de elementos da Vanguarda Socialista". Além disso, há, na UDN, o "Movimento Renovador", dirigido por Carlos Lacerda e Hamilton Nogueira, que "se propõe a constituir novo partido após as eleições" (106). Em São Paulo, candidaturas vinculadas ao movimento negro é que são divulgadas - Sofia de Campos Teixeira ("ex-participante da UDS e do PSB") (107), inscrita pela ED. José Pompílio da Hora (UDN) é também indicado (108).

Ainda aqui, não parece ter sido obtida unidade mesmo no pequeno núcleo dirigente do jornal. Hilcar Leite considera insuficiente o "programa socialista" de Edmundo Muniz (109) e Pedro sa indica, além deste candidato, aqueles do Movimento Renovador, de Lacerda (110).

Face à proposta do PSdoB, a Vanguarda é, para dizer o mínimo, cáustica. Um "apimentado partido socialista", "partido socialista imobiliário", "agência auxiliar do partido comunista",

ção expressões extraídas de manchetes. "Sua ideologia é um misto de totalitarismo, talvez inconsciente, e de stalinismo assimilado às pressas". Como não pretende hostilizar o PCB, de acordo com os textos de seu principal articulador (Matos Pimenta, que é corretor de imóveis, daí a adjetivação) é analisado como criação de Prestes - repete-se a paranóia predileta da redação da V.S. (111).

As tentativas de constituir, a partir do jornal, o núcleo de um PS, desmoronavam. Não pudemos consultar os últimos números da fase independente da publicação. Quando ela passa a pertencer ao PSB, já é outra a linha editorial.

#### O Pensamento político de Mário Pedrosa:

##### Antecipações e equívocos

O que de mais relevante podemos encontrar na coleção da "Vanguarda ..." é, sem dúvida, o conjunto de matérias assinadas por Mário Pedrosa, ou que, anônimas, podem a ele ser atribuídas sem margem de erro. Suas idéias refletiam uma evolução intelectual que iniciada com a militância no PCB, passa pela adesão, ao trotskismo, na Alemanha (quando se preparava para realizar, como enviado do PC, curso em Moscou), pelo rompimento com esta tendência, no exílio norte-americano.

Nos Estados Unidos, aproximou-se de militantes que tinham vivido trajetória semelhante a sua. Recusando toda ortodoxia, de Stálin a Lenin, buscou repensar a revolução soviética a partir de Rosa Luxemburgo, entre outras influências.

Com o conflito mundial, acreditou que o "capitalismo de Estado" implantado com a vitória de 1917, poderia vir a ser questionado no interior da URSS; que do campo da social-democracia emergiria uma forte tendência revolucionária, que superaria o velho reformismo e estabeleceria novas bases para a luta pelo socialismo.

Nas páginas do jornal tratou de temas teóricos os mais diversos; algumas de suas produções podem ser consideradas bastante atuais, verdadeiras - considerado o campo intelectual brasileiro - antecipações de debates que hoje, quase quarenta anos após, estão na ordem do dia.

Destacariamos "Vanguardas, Partido e Socialismo" (112), onde formula sua compreensão destes conceitos. Rejeita a formulação leninista - considerada "aristocrática", embasada por premissas que servem também aos partidos fascistas. Ela teria sido adequada à realidade russa, tendo funcionado o PC como "Estado-maior" da revolução anti-feudal. Não poderia ser universalizado. Apoiava-se em Rosa Luxemburgo: rejeita, como insuficiente, a proposta de partido de massas (porque ainda aqui não ocorre a situação da classe como sujeito da transformação revolucionária) e aspira à construção do Partido-Classe, para onde convergem todos os interesses e todas as lutas do proletariado, sem que um grupo "dirigente" aja como seu representante.

Seu conceito de revolução é bastante rico e amplo. Procura diferenciá-lo da idéia restrita da "tomada do poder", isto é, da dimensão restrita do político. O Partido-Classe não é um parti

do político em sentido estrito. Se é inevitável que as vanguardas existam, sua tarefa histórica é a de se dissolverem na classe, não de substituí-la; sua formação compreende uma fase "propagandística", que pode, provando seu fracasso, perpetuar-se. A alternativa tem sido o bolchevismo, agora na forma degenerada stalinista, que acaba por impor a classe operária uma nova dominação que chega a impedir a conquista do poder pela classe.

Pensa, como modelo, na história do Labour Party, partido que "se foi formando paulatinamente à medida que iam crescendo as organizações econômicas e sociais da própria classe, nunca se alteando muito acima do próprio nível político dos trabalhadores".

Considera que na Inglaterra, com a chegada do Labour Party ao poder, "o caminho está aberto para o socialismo", o que só uma crise mundial poderia impedir.

Um texto que sistematiza o problema teórico que mais o absorveu nas páginas da Vanguarda (ainda que publicado em nome de uma "comissão"), o da compreensão da revolução russa e de sua evolução, é "Novos Rumos". Trata-se da proposta de, a partir da formulação de pontos mínimos programáticos, dar "maior homogeneidade política" ao grupo que lidera (113). Praticamente todo o texto está voltado para o tema, anteriormente já desenvolvido numa longa série de artigos ("A Revolução Russa e sua evolução até nossos dias").

Para o editor, a constituição de um grupo socialista não poderia deixar de "ter os olhos colocados na Rússia" (114), supor

uma reflexão densa a respeito do processo que ali fora radicado. Mais que isso, buscava a unidade de seus militantes, fundada numa determinada avaliação da sociedade soviética e de sua história

Se a revolução de 1917 fora a "primeira tentativa consciente da revolução socialista", seu resultado foi a substituição do proletariado por uma "burocracia dirigente", que se tornou uma "nova classe exploradora". O atraso econômico e a derrota europeia da classe operária no pós guerra é que explicavam tal evolução. A União Soviética não era, pois, um Estado operário - "nem cadto, nem degenerado", mas sim capitalista - que se valia de "formas de exploração coletivas e neo-selvagens", possíveis pela existência de um "Estado totalitário". A burocracia no poder era, ao mesmo tempo, uma burguesia. O processo vivido pela URSS era parte da tendência geral do século, de substituição das formas clássicas e imperiais do capitalismo pelo capitalismo de Estado: tal era o significado do fascismo, um "reformismo contra-revolucionário".

Mais precisamente, o capitalismo de Estado representaria a culminância da evolução do Capital financeiro, "chegando a um último grau de concentração e centralização, com a supressão da concorrência interna em troca do agravamento da competição internacional, quando o Estado nacional passou a monopolizar todas as forças produtivas internas". Por vias distintas, tanto a Rússia quanto os países ocidentais tinham chegado ao mesmo destino.

Para Pedrosa, o Capitalismo de Estado poderia ser uma forma de transição do capitalismo para a sociedade socialista - des

de que a estatização "se faça sob o domínio e controle conscien  
te do proletariado organizado", o que levaria ao socialismo. Sem  
esta condição o Capitalismo de Estado poderia ser "o início de um  
regime permanente de caráter totalitário, que iniciará toda uma  
época histórica". Ainda aqui, as maiores esperanças do autor es  
tão depositadas na administração britânica pelo Labour Party.

A época do capitalismo de Estado é a época do super-impe  
rialismo; a última guerra reduzira a três os Estados imperialis  
tas - USA, URSS e Inglaterra, sendo que este último vivia já  
sua decadência. O novo choque interimperialista seria protago  
nizado pelos Estados Unidos e pela União Soviética. "Não será es  
te choque, porém, nem uma guerra pela vitória da democracia, ban  
deira pelo qual os Estados Unidos irão para a guerra, nem pelo  
socialismo, bandeira sob a qual os burocratas totalitários escon  
derão seus egoísticos interesses de classe".

Voltava-se à situação de 1914: o dever dos socialistas se  
ria o de "denunciar tal guerra de auto-destruição, apelando para  
a solidariedade ativa dos trabalhadores de todo o mundo".

Para o Brasil, a tarefa dos socialistas imbuídos de tal  
percepção seria a de se organizar ainda em pequenos círculos, rea  
lizar atividades de propaganda e esclarecimento. Tratava-se, co  
mo era dito no editorial "Diretivas", divulgado no primeiro núme  
ro do jornal, de "começar tudo de novo". Pedroza não pensava, de  
imediato, em dirigir-se às grandes massas - isto seria possível  
só quando um grupo maior de ativistas orientados por esta com  
preensão da história contemporânea estivesse formado.

Não é difícil, em se acompanhando a coleção da Vanguarda Socialista, detectar-se o grande número de contradições em que seu principal redator incorria, para não falar de seus equívocos quanto às análises de conjuntura, forças sociais em conflito na sociedade brasileira, etc.

Se busca fazer da classe operária, e não de uma ou quais quer Vanguardas, o sujeito da revolução, é curioso observar como acaba por assumir posições que o mantêm, e o seu jornal, afastados do intenso conflito de classes que caracterizava a conjuntura. Privilegiando a questão democrática, faz dos comunistas do PCB seu principal inimigo, não hesitando em caracterizar os membros da ED como "liberais capitulacionistas" porque não fazem o mesmo. E em apoiar o "movimento renovador" de Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso e outros: "o programa da democracia no Brasil não depende mais da UDN, mas em grande parte de sua ala esquerda, de sua ala desesperada ... (que) começa a sentir necessidade de encontrar-se com as massas em torno de um programa profundo de renovação social. E esses elementos ainda a imbuem (= a UDN) de um militantismo libertário, capaz de congrega proletários e pequenos burgueses, sem temer o combate a todos os totalitarismos, o começar pelo stalinismo-prestismo, e a esse governo de reacionários incapazes, negociastas, que defende os plutocratas, protege os integralistas, faz o jogo dos comunistas, oprime as massas ..." (115).

De alguma forma Pedrosa realizava uma projeção mecânica, sem mediações, do "conflito super-imperialista" que descobrir em plano internacional, sobre a realidade política interna, nacional.

Sua proposta socialista não conhecia igualmente mediações táticas, no melhor sentido da expressão: princípios, estratégias e táticas funcionavam como uma mesma coisa.

Ao eleger o anti-comunismo como ponto de partida para sua proposta, condenava-se ao isolamento, acabando por ter de assumir, na prática, posições de um liberal anti-estatista.

Seus apelos à independência política da ação operária - que o levaram, ainda aqui, a criticar a ED por se propor a realizar acordos eleitorais, causadores de "promiscuidade" (116), sofriram, a nosso ver, da grave falta de não contar com o embasamento de uma análise mais cuidadosa da sociedade e da conjuntura nacionais.

Tal limitação básica foi percebida, entre outros, por Antonio da Costa Correia, quando criticou a proposta "novos Rumos":

"Parece que os companheiros não foram nada objetivos. Procuraram apenas estabelecer alguns pontos gerais de orientação pelos quais se diferenciam entre as várias correntes de esquerda, isto é, entre aqueles que já possuem uma orientação e uma ideologia..."

"... idéias já muito debatidas internacionalmente em polémicas de grupos, em torno de alguns problemas do socialismo contemporâneo ... (= retiradas de um contexto que não o) da realidade objetiva de nosso país e do mundo atual"...

"Não é por definições sobre o Estado russo que o operário

brasileiro poderá orientar-se nestas questões ... em seus problemas imediatos".

Propondo, ele próprio, Costa Correia, uma sumária avaliação da classe operária brasileira (Temos um proletariado bastante jovem, recém-saído dos campos, sem grandes tradições de lutas organizadas e sem espírito cooperativo. Não há tradições democráticas arraigadas na massa popular, devido a certas peculiaridades da formação histórica de nosso país"), propõe que "teses sobre o Capitalismo de Estado e características do Estado russo" sejam "reduzidas à metade ou à terça parte", e que se elaborassem outras: "pode a burguesia dar alguma coisa para o programa social e a democracia no Brasil? Qual o papel do imperialismo e como lutar pela emancipação nacional? Qual o papel da classe média e seus destinos? Como fazer a reforma agrária e a transformação socialista no campo? Quais os instrumentos de conquista de poder de que devem se servir os trabalhadores para executar a transformação socialista? Como evitar o recurso ao Estado totalitário para a transformação da estrutura social? Qual o papel dos atuais sindicatos no movimento socialista... e assim por diante" (117). Além disso, Costa Correia não vê porque deixar de abrigar no jornal colaboradores que consideravam a URSS como um Estado socialista (118).

De todo modo, ao revelar suas inquietações, Pedrosa está a frente dos socialistas que em sua época preferiam simplesmente evitar uma discussão maior a propósito da experiência soviética.

Sua formulação teórica a propósito da construção do Partido-Classe antecipa questões que hoje estão colocadas. Antecipa inclusive, objeções que podem ser feitas às críticas atuais do modelo leninista de organização, ou ainda aquelas que, mais radicais, chegam a retomar velhas teses anarquistas contra a constituição de quaisquer vanguardas.

Buscando o movimento da classe operária como determinante da construção de um verdadeiro Partido-Classe, privilegia a "vanguarda" de tipo leninista (os Partidos Comunistas ortodoxos) como entrave oposto à classe nessa direção, fazendo desta descoberta contradição (a contradição do Partido versus classe), em seus textos, a principal.

Acaba, como em formulações recentes, por minimizar a contradição que de fato gera inclusive esta: a que opõe burguesia e proletariado. O satanás burguês passa a segundo plano: cabe exorcisar o demônio-Partido.

Colocando como premissa para a revolução a plena constituição do Partido-Classe, elide uma questão fundamental: será possível que a burguesia permita a molecular construção desta entidade, detendo ela o poder do Estado e a propriedade dos meios de produção? Ou esta constituição da classe em Partido não passa, queiramos ou não, pela questão da tomada do poder político?

A proposta leninista de vanguarda e de ditadura do proletariado, como agora, também, recebe críticas e leituras que nem sempre são fiéis aos textos - o recurso à caricatura é usual nas

polêmicas, bem o sabemos.

Equalizar "ditadura fascista" e "ditadura burocrático-soviética" a partir de seu aspecto exterior, reduzido ao "autoritarismo", tem sido recurso usual em nossos dias, como o foi para Mário Pedrosa, nas páginas da Vanguarda - e aí, ainda uma vez, como não queria Rosa Luxemburgo, "a necessidade se torna em virtude" e a crítica do real corre o risco de não ultrapassar a superfície das aparências. Com resultados que podem vir a ser semelhantes - o sectarismo colhe o preço do equívoco político.

Na constituição do PSB de 1947, colocaram-se angústias e impasses hoje ainda muito presentes. Como conciliar a luta pela democracia com a luta pelo desenvolvimento econômico; como conciliar a defesa de instituições democráticas com a conquista do poder político ao Capital; como conviver com a culpa do "ser vanguarda" quando se questiona a burocratização. Como, refletindo a experiência internacional da luta de classes, evitar transposições mecânicas; descobrir o específico-nacional sem perder o todo-universal de vista. Mario Pedrosa e seu jornal seguramente foram as maiores expressões destes impasses, ainda, até aqui, não resolvidos.

NOTAS

(01) COMISSÃO Nacional Provisória do Movimento pró-PT. "Pontos para colaboração do Programa", in: PEDROSA, Mário. Sobre o PT. São Paulo, CHED, 1980, p. 83/186.

(02) ALEM, Silvio Frank. Os Trabalhadores e a Redemocratização (1942)-1940. Dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH-UNICAMP. Campinas, 1981.

(03) FOOT, Francisco et LEONARDI, Vicgor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20. São Paulo, Global, 1982.

(04) CARONE, Edgard. A Primeira República, São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1969; A República Velha, idem, 1970; A Segunda República idem, 1973; A República Nova, idem, 1974; O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975; A Terceira República. São Paulo, idem, 1976; O Estado Novo, idem, 1976; Movimento Operário no Brasil (1877-1944), idem, 1979; Movimento Operário no Brasil (1945-1964), idem, 1981.

(05) FAUSTO, Bóris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo, Difel, 1976.

(06) FAUSTO, Bóris. Idem, p. 97.

(07) FOOT et LEONARDI, op. cit, p. 233 e seguintes.

(08) FOOT et LEONARDI, Idem, p. 243.

(09) O caso clássico, estudado por FAUSTO é o do tenente José Augusto Vinhaes: op. cit. pp. 45/46.

(10) FOOT et LEONARDI, op. cit., p. 243.

(11) FOOT et LEONARDI. Idem, p. 249.

(12) Textos podem ser encontrados in: CARONE, Edgard, Movimento Operário no Brasil (1877-1944) p. 296 e seguintes.

(13) FOOT et LEONARDI, op. cit., pp. 263/286.

(14) Os autores dão como exemplo a coleção do jornal "Democracia Social", editado em Pelotas. Idem, pp. 263/277.

(15) FOOT et LEONARDI, Idem, p. 258. O programa do Partido Operário de França e Silva dizia que "Partido Operário não significa Governo de operários, pois eles, devido à nossa má educação política e aos preconceitos da sociedade em que vivemos, não tem homens ilustres em grande número e nem pessoal técnico para assumirem tão grande responsabilidade" (Idem, p. 259). No jornal "O Socialista", "órgão do Centro Socialista de São Paulo", a propósito do Programa que seria o do Partido Democrata Socialista, se lê: "A expropriação, que se considera como princípio cardeal de todo e qualquer programa socialista, se conseguirá sem abalo ou violência, por meio de leis que tratam de extinguir a desigualdade de condições, predominante na atual sociedade; com a construção de casas cuja propriedade será a pouco e pouco transmitida aos operários; por impostos contrários à concentração do capital e outros meios" (CARONE, Edgard. Idem, p. 316).

(16) FOOT e LEONARDI, op. cit., p. 251.

(17) Sobre o Congresso e o "segundo" PSB ver FOOT et LEONARDI .  
Idem, p. 252; CARONE, Edgard, op. cit., pp. 322/330 e A República Velha, pp. 200/202.

(18) FOOT e LEONARDI relacionam, a este respeito: o peso "minúsculo" do proletariado no conjunto da sociedade; a estrutura e a composição étnica (diversificada em nacionalidades) do proletariado; as dificuldades geográficas que isolavam, da mesma forma que a estrutura industrial, os núcleos operários do país; a pequena concentração operária, etc.

(19) Os autores lembram que Antonio Piccarolo, redator do jornal que foi órgão do segundo PSB, acabaria por editar o álbum comemorativo "O desenvolvimento industrial de São Paulo - através da primeira Exposição Municipal - 1918", onde louva a burguesia paulista (op. cit., p. 261).

(20) HALL, Michael M. et PINHEIRO, Paulo Sérgio. A Classe Operária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 325 e seguintes (Vol. II).

(21) Ver: Muniz BANDEIRA et alii. O Ano Vermelho. Rio. Civ. bras., 1967, pp. 158/176 e CARONE, Edgard. A Primeira República. pp. 317/321.

(22) Por "um grupo de rapazes, na maioria intelectuais e estudiosos". A propósito, Moniz BANDEIRA, idem, p. 155.

(23) Moniz BANDEIRA, Idem, pp. 155/158; CARONE, Edgard. Idem, p. 325.

(24) PEREIRA, Astrogildo. Formação do PCB. pp. 45/46; CARONE, Edgard. Idem p. 325.

(25) Sobre o grupo Clarté: Moniz BANDEIRA. Idem, pp. 285/289; CARONE, Edgard, Idem, pp. 323/324.

(26) CARONE, Edgard - Idem, p. 145.

(27) No Brasil, é longa a história das dissidências do PCB, sendo mais relevantes, nos anos 20/30 as frações trotskistas. Ver: CARONE, Edgard, ops.cits.

(28) "Não somos extremistas. Procuramos adotar do socialismo aquilo que responder às necessidades do país. Pretendemos, assim, preparar o Brasil para a transformação social que fatalmente nos atingirá, evitando que a mesma se faça aqui ex-abrupto, desorganizando a vida nacional e causando ao país prejuízos materiais e morais incalculáveis".

.....  
 "Sindicalização e representação profissional das classes no Parlamento - são portanto as duas teses fundamentais que apresentamos como bandeira e como base ao seguro encaminhamento dos demais problemas que tanto nos afligem. Dessa conquista decorrerão naturalmente as cooperativas de crédito de produção e de consumo, isto é, a organização e a garantia do trabalho, a vitalidade de todas as forças econômicas. Todo o resto virá depois: o ressurgimento financeiro, a riqueza melhor distribuída, toda uma vasta construção de assistência social. O saneamento, a saúde, a educação ..." CARONE, Edgard. Tenentismo. pp. 408/413 ("Manifesto do Congresso Revolucionário: Fundação do Partido Socialista Brasileiro". Dezembro de 1932).

(29) WELMOWICKI, José. "Os socialistas e a organização política dos trabalhadores brasileiros: 1900-1947", papers mimeografados, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1977, pp. 3/4.

(30) CARONE, Edgard. A República Nova, p. 191/192.

(31) SODRÉ, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira, Rio, Civ. Bras., 1976.

(32) WEFFORT, Francisco C. "Estado e Massas no Brasil", in: Revista Civilização Brasileira 7, Rio. Civ. Bras., 1963.

(33) VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio, Paz e Terra, 1976.

(34) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Estudo e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945) Tese de Doutorado, São Paulo, 1978, p. 24.

(35) "As guerras e as grandes crises, do tipo de 1929, haviam se caracterizado por constituírem fases de redução da pressão imperialista em todas as áreas subordinadas. Tal redução, a isso se verificou no Brasil, permitiram maior desenvolvimento da economia brasileira, na proporção do grau de avanço a que já se havia atingido. A tendência posterior às guerras e às crises, assim, deveria ser a retomada daquela pressão, agora com mais violência..."  
(.....)

"Para o Brasil, o primeiro sinal dessa alteração importante está na intervenção imperialista nos acontecimentos políticos de que resultou a deposição de Vargas, em 1945. Tal intervenção resultou da necessidade, para o imperialismo, de frustrar a possibilidade de no Brasil, de alterações políticas que, de pronto, traduzissem

as alterações econômicas que a guerra impulsionara. Quando tudo indicava que o encaminhamento do problema interno da nova estrutura do Estado se processaria num clima de ampla liberdade, e que as correntes de opinião se definiriam para isso, numa Constituinte, permitindo a transição do regime anterior ao novo nas melhores condições e sem sobressaltos, a interferência do imperialismo e de seus aliados internos, que almejavam o retorno à situação anterior, perturbou o quadro, frustrando as possibilidades geradas durante a vigência da guerra mundial que liquidara o nazismo e o fascismo.

O clima democrático que o país conheceu, ao preparar-se para nova etapa, foi assim interrompido bruscamente, por um golpe militar". SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., pp. 309/311.

(36) "Definiam-se assim duas alternativas institucionais: a liberal-democracia e o fruto da inesgotável imaginação criadora dos homens de Estado brasileiros, um arcabouço corporativo sancionado por um corpo eleitoral "classista".

A solução governamental tinha destinatários definidos: empresários e trabalhadores urbanos, já razoavelmente organizados em sindicatos. Ela casava-se com todo o resto da política econômica e social que vinha se delineando e com crescente coerência.

.....

Já a alternativa liberal-democrática teve como suposta forças políticas e setores sociais heterogêneos que se foram ampliando com o passar do tempo, a medida em que a situação econômica e política governamental expandia o círculo dos descontentes. O fato de que estudantes e intelectuais se tornassem responsáveis pelas manifestações mais estridentes,

entre 1943 e 1945, não deve levar a conclusão equivocada de que a eles coube o papel central na liquidação do regime, ou de que foram eles, enquanto porta-vozes das camadas médias, os únicos interessados na solução liberal-democrática" ... "Mas seu movimento só teve continuidade porque forças sociais mais decisivas jogaram-se na mesma direção. E o manifesto dos Mineiros já foi disso um sintoma.

Não tenho dúvidas que as frações da burguesia cafeeira desde logo engrossaram as fileiras da oposição liberal. É fato notório a ação oposicionista da Sociedade Rural Brasileira, sediada em São Paulo. De fato, naquela conjuntura específica a ordem liberal-democrática afigurava-se-lhes como a mais adequada para por termo ao intervencionismo estatal desenfreado e para disputar sem os entraves da ditadura, atenção maior a seus interesses concretos" (.....) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, op. cit., pp. 150/151.

Mais a frente, concluindo:

"Um estado burguês, em condições muito especiais pode avançar a frente das frações burguesas. Mas nunca contra elas, e, ainda por cima, apoiado no movimento sindical e popular" (Idem, idem, pp. 153/154).

(37) VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit., pp. 245/246 e 253.

"Teríamos, então, uma formação social específica cuja ambiência conjuntural seria dada a partir de tensões que a cortavam em várias dimensões entre o capital e o trabalho, a "nação versus o latifúndio" - cuja natureza, repetimos, não pretendemos demonstrar, bastando reconhecer sua presença como idéia-força entre os dirigentes políticos do Estado, técnicos, intelectuais e na esquerda operária - e a democracia versus

o fascismo. Esta, cuja matriz se radicava no sistema capitalista mundial, por sua vez, expressava as contradições interimperialistas, constituindo-se também na forma mais exacerbada - pela natureza mesma do fenômeno fascista - da contradição entre o capital e o trabalho a nível mundial. Por isso, consistia na dominante em toda e qualquer formação social, subordinada as demais à sua resolução" (p. 252).

- (38) E mais a frente: "No quadro da época a democracia era o único caminho possível tanto para Vargas como para a UDN: qualquer que fossem as diferenças existentes entre eles, o fato é que em 1945 ambos caminhavam para a democracia e entre outras razões, porque não tinham na época outro lugar para ir!"  
WEFFOTT, Francisco C. Partidos, Sindicatos e Democracia. Algumas questões para a história do período 1945-1964. Xerox ; s/o/1, p. 20 e 22.
- (39) ALEM, Silvio Frank. op. cit., pp. 1/46.
- (40) VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit., p. 250.
- (41) SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo. São Paulo, Símbolo, 1980, p.
- (42) ALEM, Silvio Frank, op. cit., pp. 47/59.
- (43) Idem, idem, pp. 103/165.
- (44) CLAUDIO, Fernando. La crisis del movimiento comunista, tomo I, Ruedo Ibérico, 1970. p. 146.
- (45) Idem, idem, p. 148.
- (46) Idem, idem, pp. 242/243.

- (47) "La Correspondence Internationale", 17.12.1938. Citado por CARONE, Edgard. Estado Novo. p. 225.
- (48) CLAUDIN, Fernando. Op. cit., p. 249.
- (49) Idem, idem, pp. 13/14.
- (50) Idem, idem, p. 13.
- (51) Idem, idem, p. 23.
- (52) Uma síntese da questão, escrita ao calor da hora, é a de Léo Valiani, in: Histoire du Socialisme au XX<sup>eme</sup> Siècle. Paris, Nagel, 1948, cap. 14 e 15. Posterior e sumário é o trabalho de Jacques Droz. Le Socialisme Démocratique (1946-1960). Paris, Armand Colin, 1966.
- (53) DROZ, Jacques. op. cit., p. 279.
- (54) COSTA, Dante. O Socialismo. Rio, Org. Simões, 1954, pp. 86/87.
- (55) CARONE, Edgard. O Estado Novo ... p. 187.
- (56) Programas e manifestos da UDS, PSB e ED estão publicados in CARONE, Edgard. Terceira República. pp. 432/451.
- (57) Sobre o PSR e a "dissidência" ver ALEM, Silvio Frank. "O PCB e as outras esquerdas - da anistia de 1945 à posse de Dutra" in: Escrita-Ensaio nº 10. São Paulo, Escrita, 1982, pp. 158/161.
- (58) CARONE, Edgard. Terceira ..., p. 433.
- (59) Antonio Candido de Melo e Souza, Antonio Costa Correa, Bene

- dito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Eliza Romero, Ger  
minal Feijó, Israel Dias Novais, Jacinto Carvalho Leal, Luiz  
Lobato, Paulo Emílio Sales Gomes, Paulo Zingg, Renato Sam  
paio Coelho, Rômulo Fonseca.
- (60) Francisco Giraldes Filho, Marcelino Serrano, Jacob Medeiros  
Miranda, Gastão Massari e Luiz Nevss.
- (51) O "secretariado" da U.S.P. era composto por Silvio Paiva, Ed  
mundo Muniz, Orlando M. Vieira, José Salvador e Armando Ni  
celi. Referências no grupo apareceram na Vanguarda Socia  
lista de 28/9 e 30/11/1945.
- (62) Osório Borba, Domingos Vellasco, João Mangabeira, Maurício  
de Lacerda, Evandro Lins e Silva, Hermes Lima, Jurandir Pi  
res Ferreira, entre outros. Ver: BENEVIDES, Maria Victória  
de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro, Paz e Ter  
ra, 1981. p. 31.
- (63) Correio da Manhã, 12.06.1945.
- (64) A relação de participantes, as teses aprovadas, etc., estão  
em MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira  
(1933-1974). São Paulo, Ática, 1977, pp. 138/141.
- (65) MANGABEIRA, João. "Oração aos bacharelados da Faculdade de  
Direito da Bahia" in: BARBOSA, Francisco de Assis e LEITE NE  
TO, Leonardo (org.) Idéias Políticas de João Mangabeira, 3º  
Vol. Brasília/Rio, Senado Federal - Fundação Casa de Rui Bar  
bosa, 1980, pp. 15/38.

- (67) Sobre a reconstrução, táticas e atuação do PCB na conjuntura da guerra, ver ALEM, Silvio Frank. "Os Trabalhadores". pp. 59/83.
- (68) Idem, idem, pp. 187/190.
- (69) Sobretudo em São Paulo, nas publicações Diretrizes Ilustração. Renovação.
- (70) Versos de Afonso Pena Jr., a propósito da política de apoio a Vargas assumida por Prestes ao sair da prisão, citado por BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN o Udenismo..., p. 40, apud LIMA, Alc eu Amoroso. Discursos Acadêmicos, Vol. XIII, 1948-1955, p. 84.
- (71) BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. op. cit., p. 32.
- (72) Folha da Manhã, 06.04.1946.
- (73) Vanguarda Socialista, 12.04 e 19.04.1946.
- (74) Folha da Manhã, 11 e 12.04.1946; Vanguarda Socialista, 19 e 26.04.1946.
- (75) Folha da Manhã, 17.04.1946.
- (76) Folha da Manhã, 12.04.1946; MANGABEIRA, João. "Democracia. Capitalismo e Socialismo " in: BARBOSA, Francisco de Assis e outro, op. cit., pp. 51/69.
- (77) Folha da Manhã, 07.04.1946.
- (78) Vanguarda Socialista, 17.05.1946.
- (79) Estado de São Paulo, 05.02.1947.

(80) Estado de São Paulo, 08.03.1947.

(81) Estado de São Paulo, 12.03.1947.

(82) Em São Paulo foram candidatos à Constituinte estadual:

Abguar Bastos Damasceno, Adrião Bernardes, Agostinho Gallo, Alípio Correia Neto, Alvaro Gomes dos Reis, Amileto Di Giulio, Arthur Atayde, Ary Cardoso, Benjamin Regimeto, Cid de Almeida Franco, Domingos Taveira, Eduardo de Oliveira Pirajá, Eurídes de Oliveira, Francisco Geraldês Filho, Francisco Lucrecio, Francisco Pessoa Cavalcanti, Gerson Sahd, Holda Botto Malanconi, João Caetano Alvares Jr., João Pedro Motta, João Penteado Erskine Stevenson, Joaquim Flávio de Moraes, Jorge Mesquita Mendonça, José Benedito Silveira Peixoto, José Gonçalves Machado, José Maurício Varella, Marcos Lineenberg, Maurício Simão, Miguel Costa Jr., Milton Pinto Coelho, Nabor da Graça Leite, Paulo Ananias de Carvalho Jr., Paulo Francisco de A. e Souza, Paulo Pernasetti, Paulo Zingg, Reynaldo R. Saldanha da Gama, Romeu do Amaral Camargo, Sebastião Francisco, Sebastião Martins Vieira Lins, Sérgio Millet, Sofia de Campos Teixeira, Telesphoro de Souza Lobo, Ubi rajara Dolacio Mendes, Waldemar Carneiro Leão.

(83) O "Manifesto" foi publicado no Jornal de Debates de 31.01.1947 e transcrito no Estado de São Paulo de 08.02.1947. O texto aparece em CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil, Vol. II. São Paulo, Difel, 1981, pp. 112/115.

(84) Jornal de Debates, 31.01.1947.

(85) Jornal de Debates, 21.02.1947.

- (86) Jornal de Debates, 25.04.1947.
- (87) Vanguarda Socialista, 18.04.1947.
- (88) ALEM, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização. pp. 228/243.
- (89) Sobre o "acordo interpartidário", o estudo que conhecemos está no texto citado de Maria Victória de Mesquita Benevides, ainda que a autora não desenvolva a questão sob o prisma do conflito burguesia versus proletariado (pp. 69/76).
- (90) Tribuna Popular, 19.01.1947. A defesa do atingido está na Folha da Manhã, de 13.02.1947.
- (91) Folha da Manhã, 18.04.1947.
- (92) Mário Pedrosa e a Vanguarda Socialista recomendariam no Rio de Janeiro a candidatura de Edmundo Muniz, inscrito pela UDN. Mas, como veremos, recomenda também nos eleitores, Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso e Álvaro Borghetti, da UDN (Vanguarda Socialista, 27.12.1946).
- (93) O projeto Mangabeira de legislação sindical, apresentado ao Congresso em 1948 provocaria dissensões entre os socialistas. As divergências diziam respeito, basicamente, ao problema de manter ou não a relação (alguma relação) entre o Estado e sindicatos. A propósito, ver discussões na IIª Convenção Estadual de São Paulo na Vanguarda Socialista de 15.09.1948.
- (94) "Porque se fundou o Partido Socialista do Brasil". Jornal de Debates, 21.02.1947.

- (95) "Como passar do capitalismo ao socialismo". Jornal de Debates, 28.02.1947.
- (96) Vanguarda Socialista, 06.12.1946, 03.10.1947; Folha Socialista, 10.06.1948.
- (97) Vanguarda Socialista 04.10.1946, 01.11.1946.
- (98) Vanguarda Socialista, 20.10.1946.
- (99) "A primeira fase da Vanguarda Socialista, de mero órgão livre de discussão, já passou. O nosso jornal terá de ter uma orientação ideológica e política própria, pela qual se caracteriza como um grupo socialista definido ...". Vanguarda Socialista, 20.09.1946.
- (100) "Posição Política". Vanguarda Socialista, 31.08.1945.
- (101) Vanguarda Socialista, 23 e 30.11.1945.
- (102) Vanguarda Socialista, 28.12.1945.
- (103) Vanguarda Socialista, 29.03.1945.
- (104) Vanguarda Socialista, 30.08.1945.
- (105) As excessões continuam a existir. Pouco anterior é a matéria de um certo "Militante Ignoto" que afirma que entre a V.S. e a E.D. "tudo nos une e nada nos separa", e propõe a adesão do jornal ao Partido (Vanguarda Socialista, 16.08.1946).
- (106) Vanguarda Socialista, 20.12.1946.
- (107) Vanguarda Socialista, 27.12.1946.

- (108) Vanguarda Socialista, 28.12.1946.
- (109) Vanguarda Socialista, 27.12.1946.
- (110) Vanguarda Socialista, 22.11.1946.
- (111) Vanguarda Socialista, 07.02. 14.02, 07.03 e 21.03.1947.
- (112) (In: ANEXO I) Vanguarda Socialista, 09.08.1946. A propósito ver também outras matérias: "O bolchevismo e o partido único" (19.07.1946): "A missão do Partido Único" (26.07.46).
- (113) (In: ANEXO II). Vanguarda Socialista, 20.09.1946.
- (114) Na resposta a Antonio Costa Correa, que o critica "Em defesa de Novos Rumos". Vanguarda Socialista, 15.11.1946.
- (115) "Desesperadamente Socialista" - Vanguarda Socialista, 22.11.1946. Ver também: "Movimento Renovador", Vanguarda Socialista, 27.12.1946.
- (116) "As eleições, os partidos e o socialismo", Vanguarda Socialista, 01.11.1946.
- (117) Vanguarda Socialista, 11.10.1946.
- (118) Vanguarda Socialista, 15.11.1946. Mario Pedrosa considera seu crítico um "pragmático" e "oportunista".

Textos UFPb - NDIHR publicados:

1. Rastros de Tragédia

Mauro Guilherme Pinheiro Koury - Agosto / 83

2. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira  
no Brasil.

Claúdio Antônio Gonçalves Egler - Setembro / 83

3. Movimentos Sociais e Meios de Comunicação: Paraíba -  
1917 - 1921.

Antonio Albino Canelas Pubim - Outubro / 83